

@metropolis

20

ano 6 | março 2015



**Revista
Eletrônica
de Estudos
Urbanos
e Regionais**

revista eletrônica *e-metropolis*

ISSN 2177-2312

Publicação trimestral dos alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrôpoles.

A revista eletrônica *e-metropolis* é uma publicação trimestral que tem como objetivo principal suscitar o debate e incentivar a divulgação de trabalhos, ensaios, resenhas, resultados parciais de pesquisas e propostas teórico-metodológicas relacionados à dinâmica da vida urbana contemporânea e áreas afins.

É direcionada a alunos de pós-graduação de forma a priorizar trabalhos que garantam o caráter multidisciplinar e que proporcionem um meio democrático e ágil de acesso ao conhecimento, estimulando a discussão sobre os múltiplos aspectos na vida nas grandes cidades.

A *e-metropolis* é editada por alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrôpoles e conta com a colaboração de pesquisadores, estudiosos e interessados de diversas áreas que contribuam com a discussão sobre o espaço urbano de forma cada vez mais vasta e inclusiva.

A revista é apresentada através de uma página na internet e também disponibilizada em formato "pdf", visando facilitar a impressão e leitura. Uma outra possibilidade é folhear a revista.

As edições são estruturadas através de uma composição que abrange um tema principal - tratado por um especialista convidado a abordar um tema específico da atualidade -, artigos que podem ser de cunho científico ou opinativo e que serão selecionados pelo nosso comitê editorial, entrevistas com profissionais que tratem da governança urbana, bem como resenhas de publicações que abordem os diversos aspectos do estudo das metrôpoles e que possam representar material de interesse ao nosso público leitor.

A partir da segunda edição da revista incluímos a seção ensaio fotográfico, uma tentativa de captar através de imagens a dinâmica da vida urbana. Nessa mesma direção, a seção especial - incorporada na quarta edição - é uma proposta de diálogo com o que acontece nas grandes cidades feita de forma mais livre e de maneira a explorar o cotidiano nas metrôpoles.

Os editores da revista *e-metropolis* acreditam que a produção acadêmica deve circular de forma mais ampla possível e estar ao alcance do maior número de pessoas, transcendendo os muros da universidade.

Observatório das Metrôpoles
Prédio da Reitoria, sala 522
Cidade Universitária - Ilha do Fundão
21941-590 Rio de Janeiro RJ

Tel: (21) 2598-1932
Fax: (21) 2598-1950

E-mail:
emetropolis@bservatoriodasmetrolopes.net

Website:
www.emetropolis.net

editor-chefe

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

editores

Ana Carolina Christóvão
Carolina Zuccarelli
Eliana Kuster
Fernando Pinho
Juciano Martins Rodrigues
Patrícia Ramos Novaes
Renata Brauner Ferreira
Samuel Thomas Jaenisch

assistente

Daphne Besen

conselho editorial

Prof^a Dr^a. Ana Lúcia Rodrigues (DCS/UEM)
Prof Dr. Aristides Moysés (MDPT/PUC-Goiás)
Prof Dr. Carlos de Mattos (IEU/PUC-Chile)
Prof Dr. Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ)
Prof^a Dr^a. Claudia Ribeiro Pfeiffer (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Emilio Pradilla Cobos (UAM do México)
Prof^a Dr^a. Fania Fridman (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Frederico Araujo (IPPUR/UFRJ)
Prof^a Dr^a. Héléne Rivière d'Arc (IHEAL)
Prof Dr. Henri Acserald (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Hermes MagalhãesTavares (IPPUR/UFRJ)
Prof^a Dr^a. Inaiá Maria Moreira Carvalho (UFB)
Prof Dr. João Seixas (ICS)
Prof Dr. Jorge Natal (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Jose Luis Coraggio (UNGS/Argentina)
Prof^a Dr^a. Lúcia Maria Machado Bógus (FAU/USP)
Prof^a Dr^a. Luciana Corrêa do Lago (IPPUR/UFRJ)
Prof^a Dr^a. Luciana Teixeira Andrade (PUC-Minas)
Prof Dr. Luciano Fedozzi (IFCH/UFRGS)
Prof Dr. Luiz Antonio Machado (IUPERJ)
Prof Dr. Manuel Villaverde Cabral (ICS)
Prof Dr. Marcelo Baumann Burgos (PUC-Rio/CEDES)
Prof^a Dr^a. Márcia Leite (PPCIS/UERJ)
Prof^a Dr^a. Maria Julieta Nunes (IPPUR/UFRJ)
Prof^a Dr^a. Maria Ligia de Oliveira Barbosa (IFCS/UFRJ)
Prof Dr. Mauro Kleiman (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Robert Pechman (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Robert H. Wilson (University of Texas)
Prof^a Dr^a. Rosa Moura (IPARDES)
Ms. Rosetta Mammarella (NERU/FEE)
Prof Dr. Sergio de Azevedo (LESCE/UENF)
Prof^a Dr^a. Simaia do Socorro Sales das Mercês (NAEA/UFPA)
Prof^a Dr^a Sol Garson (PPED/IE/UFRJ)
Prof^a Dr^a. Suzana Pasternak (FAU/USP)

Editorial

nº 20 ▪ ano 6 | março de 2015

Caros leitores, é com muita satisfação que iniciamos o ano de 2015 atingindo a marca de 20 edições da Revista Eletrônica e-metropolis. Publicação que vem ao longo dos últimos cinco anos procurando construir um espaço profícuo de debate e divulgação para a produção acadêmica dedicada para o fenômeno urbano contemporâneo. Tema amplo e multiforme que envolve uma série de áreas do conhecimento, diferentes abordagens metodológicas, inúmeras questões de pesquisa, além de despertar inquietações e paixões das mais variadas possíveis. Multiplicidade que motiva nosso trabalho como editores e nosso interesse em seguir desenvolvendo este espaço de troca, que desde o início vem apostando também na agilidade dos meios digitais para difusão de seus conteúdos em edições trimestrais. Resaltando que sem a participação de todos aqueles que vêm contribuindo com seus ensaios, resenhas, entrevistas e artigos, nada disso seria possível. Fica aqui nosso agradecimento e nosso convite para que continuem investindo em nossa revista para a divulgação de vossa produção.

Dito isto, cabe apresentar nossa Edição 20, que traz em seu artigo de capa a tradução inédita do texto “Por qué los hombres son tan irresponsables?”, publicado no início dos anos 1990 pelo sociólogo uruguaio radicado no Chile, Ruben Katzman. Texto que explora as questões que envolvem as mudanças nos papéis sociais dos homens de setores populares e seu impacto na constituição e organização familiar, reflexão que segue bastante atual na discussão proposta e sobretudo do ponto de vista metodológico.

Em seguida apresentamos outros três artigos que propõem discussões com um viés teórico-metodológico sobre as periferias, a criminalidade e a informalidade. O artigo “Como compreender as velhas periferias? Um exercício de reflexão relacional” de Camila Saraiva recupera a abordagem estruturalista sobre a questão urbana desenvolvida no Brasil a partir da década de 1960 e busca possibilidades de diálogo com a sociologia de Pierre Bourdieu para analisar as transformações recentes das periferias da cidade de São Paulo. O artigo “Criminologia Cultural: (re) pensando o delito, a criminalização e a cultura sob a nova ótica criminológica” de Arcênio Francisco Cuco e Felipe Antunez Martins explora a criminalidade e sua relação com a dinâmica cultural, numa perspectiva que explica o crime fora dos contornos clássicos. Para os autores, argumentos como falta de oportunidades ou motivação instrumental não dariam mais conta de explicar as mais recentes tendências criminológicas. Por fim, o artigo “Descobrimo “para-formalidades”: controvérsias e mediações no espaço público” de Débora Allemand, Eduardo e Rafaela B. de Pinho, partindo do conceito de para-formalidade, discute a inserção dessas atividades no tecido urbano, mapeando e registrando em imagens a sua ocorrência em cidades latino americanas como Buenos Aires, Montevideu, Salvador, Brasília e Pelotas, dentre outras. Os pesquisadores se interessam por compreender a influência dessas atividades, originalmente não programadas, na constituição e funcionamento do espaço público.

Na sessão especial desta edição,

o texto de Aluizio Marino, publicado também no livro Inter-Eixos: territórios e paisagens, apresenta a experiência insurgente do Coletivo Coletores através do projeto cultural digital “Ateliê Livre: Media Lab”, que articulou atores da periferia paulistana em torno de intervenções urbanas, encontros e gambiarras. Já o ensaio fotográfico Palácio Gustavo Capanema na empatia da foto de Daniel Ferrentini, se propõe relacionar a temática áurea encontrada nas obras modernistas com a fotografia de pequeno formato. Com isso, o plano de fundo da imagem fotográfica é tanto um elemento arquitetônico quanto de empatia, na medida em que possibilita maior nitidez da fotografia. Além disso, a empatia a qual Ferrentini se refere, possivelmente proporciona uma porta de entrada a novos elementos que podem ou não ser inseridos na construção da foto, neste sentido, pode-se fotografar obras de extrema complexidade e captar fotograficamente suas características visando um maior entendimento de todos.

Na entrevista deste número, o pesquisador e cientista social Thiago Matioli conversou com Alan Brum, pesquisador e secretário executivo do Instituto Raízes em Movimento. Brum é uma das principais lideranças políticas do Complexo do Alemão, e nesta entrevista, ele nos trouxe um panorama das lutas políticas e dos desafios das favelas cariocas. Além disso, abordou um tema recente, no qual está diretamente envolvido: a implantação de um novo Campus do Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro no Complexo do Alemão. Por fim, contamos também com a resenha “Uma nova e instigante abordagem da urbanização planetária”, na qual Ricardo Carlos Gaspar nos apresenta uma resenha do livro Implosions / Explosions: Towards A Study Of Planetary Urbanization, organizado pelo pesquisador norte-americano Neil Brenner.

Boa leitura a todos! ■

Índice

nº 20 ▪ ano 6 | março de 2015

Capa

- 06 Por que os homens são tão irresponsáveis?

Why humans are so irresponsible?

Por Ruben Kaztman
(tradução Juciano Martins Rodrigues)

Artigos

- 13 Como compreender as velhas periferias? Um exercício de reflexão relacional

How to understand the old peripheries? An exercise of relational reflection

Por Camila Pereira Saraiva

- 21 Criminologia cultural: (Re)pensando o delito, a criminalização e a cultura sob a nova ótica criminológica

Cultural Criminology: (Re)thinking the crime, the criminalization and the culture under a new criminological regard

Por Arcênio Francisco Cuco e Felipe Antunez Martins

- 29 Descobrimo “para-formalidades”: controvérsias e mediações no espaço público

Discovering the “para-formal”: controversy and mediation at public space

Por Débora Souto Allemand, Eduardo Rocha e Rafaela Barros de Pinho

Entrevista

- 40 Complexo em movimento
A Complex in movement

Com Alan Brum
Por Thiago Oliveira Lima Matioli

Ensaio

- 47 Palácio Gustavo Capanema na empatia da foto
Gustavo Capanema Palace on the empathy of the photograph

Por Daniel Ferrentini

Especial

- 50 Coletividade!
Collectives!

Por Aluizio Marino

Resenha

- 53 Uma nova e instigante abordagem da urbanização planetária
A new and instigating approach of the planetary urbanization

Por Ricardo Carlos Gaspar

ficha técnica

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Paula Sobrino

paulasobrino@gmail.com

Revisão

Aline Castilho

alinecastilho1@hotmail.com

A Ilustração de capa foi feita por

Sergi Arbusà, formado em Belas Artes, especializado em escultura pela Universitat de Barcelona e pela Nottingham Trent University, Inglaterra. É fundador e criador do coletivo artístico Penique Productions. Trabalha como artista em diferentes meios e mora entre Barcelona e Rio de Janeiro.

sergiarbusa@gmail.com | www.sergiarbusa.com

Ruben Kaztman

Por que os homens são tão irresponsáveis?

Esse artigo pretende responder à pergunta do título, que se refere especialmente aos homens de setores populares urbanos. A informação estatística revela a existência de um comportamento que contorna as obrigações associadas à constituição e manutenção de uma família e que se vincula com o aumento das taxas de ilegitimidade, da proporção de gravidez adolescente e das taxas de abandono de famílias com crianças. Para tal efeito se analisam diversas mudanças estruturais na América Latina que podem ter influenciado no comportamento descrito. As principais mudanças nos sistemas familiares sem dúvida têm desempenhado um papel. Em particular, estas transformações têm afetado a posição do homem dentro da família de setores populares urbanos. Entre os fatores analisados se contam as modificações do papel de provedor de renda e de modelo para novas gerações, e a supremacia masculina como valor. O artigo concluiu que uma proporção importante da população mencionada se encontra inabilitada para o desempenho do papel de esposo e de pai. Esta situação anômica gera um circuito perverso no qual o não cumprimento das obrigações associadas a seus papéis debilita a autoridade do homem dentro da família, o que por sua vez contribui para acelerar seu desprendimento de tais obrigações.

INTRODUÇÃO

Em uma reunião informal que congregou profissionais da CEPAL, uma alta funcionária do *Fundo de Las Naciones Unidas para Actividades de Población* expôs os principais problemas que enfrentavam em seu campo e culminou sua intervenção com a pergunta que encabeça este artigo. A questão, referida especialmente aos homens de setores populares urbanos, surge da informação acumulada sobre um comportamento que elude as obrigações associadas à constituição e manutenção de uma família, e que se vincula com o aumento das taxas de ilegitimidade, da proporção de gravidez adolescente e nas taxas de abandono de famílias com crianças.

Este artigo foi traduzido para o português a partir do original: Ruben Kaztman, “¿Por qué los hombres son tan irresponsables?”, *Revista CEPAL*, Nº 46, Santiago de Chile, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), abril de 1992. A *Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais e-metropolis* assume todas e quaisquer responsabilidades por essa tradução.

Traduzido por
Juciano Martins Rodrigues

PERSPECTIVAS E NUANCES NOS ESTUDOS DA FAMÍLIA

A pergunta é bem-vinda, porque estimula a busca pela informação acerca das mudanças recentes na situação dos homens e de seu impacto na constituição e organização da família. No meu entender este tema foi parcialmente opacado nos últimos decênios porque a atenção de acadêmicos e de encarregados das políticas sociais é desviada para a situação individual da mulher. Certamente havia suficientes razões para justificar esse caminho. Uma delas foi o contraste cada vez mais visível entre as ideologias igualitárias predominantes no mundo ocidental e a discriminação real a que é submetida a mulher em âmbitos importantes da vida social. Outra foi o incremento de responsabilidades que tiveram que assumir na reprodução biológica e social de suas famílias ante a deserção do homem ou ante a necessidade de complementar suas rendas afetadas por graves crises econômicas. Outra foi a crescente evidência de que a chefatura feminina dos núcleos familiares se associava à transmissão da pobreza entre gerações e, desse modo, ao estabelecimento de estruturas sociais mais desiguais.

A preocupação com a situação das mulheres teve significativas consequências na direção que tomaram as investigações e no desenho de políticas relacionadas com as famílias. No âmbito acadêmico proliferaram estudos sobre o tema baseado em história de vidas de mulheres, análises da evolução do número relativo e das condições de vida de mães adolescentes solteiras e de chefes de domicílio sem cônjuge, assim como descrições de seus perfis, comparados com os das mulheres casadas. Mais ainda, nos últimos anos se produziu uma sorte de superposição entre os estudos da mulher e os da família. Um exemplo deles se pode observar em uma revisão da literatura sobre família na América Latina realizada por Ana Jusid (1988) para a UNESCO. Dos 2014 títulos incluídos, em 52 existem referências à situação da mulher ou à maternidade, e só em dois delas ao homem ou à paternidade.¹

¹ Uma simbiose similar parece dar-se no âmbito das políticas sociais. Muitas delas que estão dirigidas a aliviar ou erradicar a pobreza se centram no binômio mãe-filho. Se tem estimulado fortemente a constituição de centros de mães nas comunidades locais para assumir programas de cozinhas populares, de cuidado de crianças, de capacitação e de promoção de microempresas domésticas, de controle de saúde, de organização comunitária de compras para o consumo etc. Certamente esses programas têm a virtude de corrigir o viés masculino tradicional das políticas sociais e de reconhecer tácita ou explicitamente que as mulheres, seja por abandono dos homens ou por graves falências em seu papel de provedores principais do sustento econômico do lugar, estão assumindo uma carga crescente de responsabilidades na manutenção cotidiana das

Os estudos que procuram compreender as condições objetivas e os conteúdos subjetivos da vida de esposas e mães sem dúvida têm contribuído para entender melhor a evolução da estrutura e o funcionamento das famílias. O viés implícito em sua perspectiva tem legitimidade histórica, e as transformações socioeconômicas efetivamente têm feito que as mulheres sejam cada vez mais o “vértice da organização familiar” (RACZYNSKI E SERRANO, 1985, p. 108). Creio, todavia, que tudo isso não justifica por si mesmo a concentração atual dos estudos da família na situação da mulher, e que a investigação e a busca de antecedentes para a formulação de políticas deveriam estar mais bem orientadas a aprofundar o conhecimento dos processos de desorganização familiar que conduzem a tais resultados. Neste artigo se postula que a causa imediata mais importante da desorganização familiar é a situação de anomia social que afeta particularmente os homens de setores populares urbanos, e que se caracteriza por um mercado desajuste entre os objetivos culturalmente definidos para os papéis masculinos adultos na família, por um lado, e o acesso aos meios legítimos para seu desempenho, por outro. As publicações recentes sobre família na região refletem muito debilmente esse problema. De fato, qualquer um que tenha revisado essa bibliografia pode confirmar o difícil que é encontrar estudos que resgatem esse ponto de vista masculino sobre os problemas vinculados com a constituição e consolidação de famílias. Portanto, é muito pouco o que se sabe acerca das condições sob as quais os homens aceitam ou recusam as obrigações que tornam o desempenho estável dos papéis de esposo e pai.

Vejamos rapidamente algumas das mudanças estruturais que na América Latina podem ter influenciado nessa situação de anomia social.

MUDANÇAS NOS SISTEMAS FAMILIARES

Uma característica que distingue as sociedades latino-americanas é a relativa rapidez com que se produziram nelas transformações socioeconômicas de importantes efeitos sobre a organização familiar. Uma breve comparação com o sucedido em países de industrialização recente pode aclarar a afirmação anterior. O sistema de produção familiar, que predominou nesses países por muitos séculos, caracterizava-se pela existência de atividades de consumo e produção no domicílio, e por um padrão de interação de grande densidade apoiado em uma mútua dependência que o relativo isolamento geográfico favorecia. O

famílias e no desenvolvimento biológico e social das crianças.

chefe de domicílio reunia em sua pessoa os papéis de provedor principal de renda, gerente da empresa coletiva e transmissor de técnicas e habilidades que garantiam a seus filhos a possibilidade de reproduzir o modo de vida familiar em condições de mudança social e tecnológica muito lenta.

A decadência desse sistema coincidiu com o surgimento e propagação da Revolução Industrial. A força de trabalho agropecuária foi predominante na Inglaterra até 1830 e nos Estados Unidos até 1907 (DAVIS, 1984, p. 402), mas antes e depois dessas datas houve mudanças a partir de trabalhos de quase subsistência na agricultura, assim como de oficinas de produção doméstica artesanal, até atividades assalariadas na indústria. Comparadas com o ritmo que assumiram mudanças similares nos países atualmente subdesenvolvidos, aquelas transformações foram lentas e contínuas, o que permitiu o surgimento de algumas formas organizativas intermediárias que diminuíram o efeito que teve na família a separação do domicílio do lugar de trabalho. Tal foi o caso, por exemplo, nas fábricas de tecidos de algodão na Inglaterra do fim do século XVIII e princípios do XIX. Nelas, segundo Smelser (1968), contratavam-se famílias inteiras, o que permitiu preservar por algum tempo a faculdade dos pais de ensinar a seus filhos e supervisionar seus trabalhos na indústria.² Dados sobre as mudanças na composição da população economicamente ativa na França desde princípios do século também mostraram uma redução pausada e continua do “sistema de trabalho familiar”. (PRZEWORSKI, BARNETT e UNDERHILL, 1980). A relativa lentidão com que se introduziram tecnologias de produção e organização de atividades econômicas deu tempo para que ao largo de várias gerações as pessoas ajustassem seus padrões de comportamento familiar às novas realidades. Isto permitiu consolidar a designação de papéis especificamente laborais e fora do domicílio para os homens, e de papéis especificamente domésticos para as mulheres (*breadwinner system*).

Algo similar sucedeu com a transição para o que K. Davis chama o “sistema igualitário”, caracterizado pelo trabalho de ambos os cônjuges. Em um seminário recente da Associação Internacional de Seguridade Social (HOSKINS, 1990), muitos dos participantes de países industrializados coincidiram em afirmar que os anos 1960 marcaram um ponto de inflexão nos anais da família: o *breadwinner system* deixou de ser norma. As taxas de participação das mulheres casadas indicavam que na maioria das famílias ambos os cônjuges haviam se incorporado a força de traba-

lho. Nos Estados Unidos, por exemplo, essas taxas se elevaram em média aproximadamente um ponto percentual por ano desde o final da Segunda Guerra Mundial, e em 1990, só 5% das famílias se ajustavam ao padrão anterior.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS MUDANÇAS NAS ESTRUTURAS FAMILIARES LATINO-AMERICANAS

Na América Latina a velocidade das mudanças foi muito menor. Todavia, em meados deste século, 55% da população de 19 países latino-americanos viviam em áreas rurais e sua principal fonte de recursos eram as atividades agropecuárias. Em 1990, a cifra era de 18% para o mesmo conjunto de países (NAÇÕES UNIDAS, 1985). A fim de compreender os efeitos deste acelerado processo de urbanização sobre as estruturas familiares é preciso tomar em conta algumas características do momento histórico em que se produziram as grandes transferências de população. Refiro-me, em particular, ao tipo de organização predominante nas atividades produtivas urbanas e ao grau de expansão dos meios de comunicação de massa.

Com respeito ao primeiro ponto, pode-se afirmar que, com poucas exceções, as empresas industriais, comerciais e de serviços cuja criação coincidiu com as etapas de forte urbanização adotaram em sua maioria formas de organização não familiares, em consonância com a tecnologia e a organização de produção dos insumos para as distintas atividades econômicas predominantes nesse momento. O resultado foi uma transferência de trabalhadores de empresas familiares a empresas não familiares, tanto maior quanto mais acelerado e recente se dava processo de urbanização. No que diz respeito ao segundo ponto, também na maioria dos países os grandes movimentos faziam as cidades coincidirem com notáveis mudanças na cobertura e no conteúdo das mensagens dos meios de informação pública. Isto produziu um “efeito demonstração” das formas e estilos de vida das sociedades industrializadas, que alterou profundamente as aspirações e expectativas das pessoas. Nesse contexto, o ajuste das estruturas familiares às novas circunstâncias esteve sujeito, particularmente nas famílias migrantes, a pressões contraditórias. Por outro lado, a inércia dos padrões culturais tradicionais e a transferência de pautas de fecundidade rurais para as cidades empurravam à manutenção da mulher no domicílio e ao tipo de divisão do trabalho familiar que se descreveu acima. Por outro lado, a dificuldade para satisfazer as aspirações crescentes de acesso a elementos de bem-estar por parte dos membros da família levou

² Smelser examina a relação entre a greve operária da época e o processo pelo qual a família foi perdendo alguma de suas funções tradicionais na socialização de seus filhos.

à necessidade de que as mulheres completassem de algum modo as insuficientes rendas do domicílio. Em uma complexa combinação de causas e efeitos, na qual os avanços educativos desempenharam um papel central, a fecundidade se reduziu muito rapidamente nos últimos anos, ampliando a disponibilidade de que as unidades familiares tivessem ambos cônjuges no mercado de trabalho.

A DEBILITAÇÃO DA AUTORIDADE DE MARIDOS E PAIS NOS SETORES POPULARES URBANOS

A distribuição do poder dentro das famílias populares urbanas tem caráter machista e autoritário, isto é, justificado por privilégios “naturais” do sexo e com pouco espaço para a discussão das decisões. A legitimidade desse poder se baseia na força dos valores tradicionais e no cumprimento dos papéis que eles estabelecem. Essa concepção da distribuição intrafamiliar do poder foi atacada simultaneamente por três ângulos: i) pelo incumprimento do papel masculino de provedor único ou principal de rendas que permitiriam a satisfação das necessidades dos membros do domicílio; ii) pela debilitação da imagem paterna como modelo para as novas gerações; iii) pela ação de correntes ideológicas que promovem uma maior igualdade entre os sexos e por assim questionam os valores machista-autoritários.

O papel de provedor de renda

Em um estudo realizado no Chile sobre uma amostra de mulheres de estratos populares urbanos se observa que o cumprimento das obrigações econômicas pelo marido é fundamental na avaliação que elas fazem de seu desempenho na família (RACZYNSKI e SERRANO, 1985). Esse cumprimento se avalia em função do grau em que se tem satisfeito as necessidades e aspirações de consumo de seus membros. Estas têm sofrido alterações significativas com a rápida expansão dos meios de informação pública e têm aumentado com a escolaridade mais prolongada dos filhos e sua incorporação mais tardia ao mercado de trabalho, o que prolonga sua dependência.

A crise dos anos oitenta reduziu as remunerações do trabalho, aumentou o desemprego e levou segmentos importantes da população para atividades menos produtivas, mais instáveis e com menor cobertura de benefícios sociais, com o qual contribuiu a minar a capacidade de homens dos estratos populares urbanos para satisfazer as necessidades básicas e as crescentes expectativas de consumo de suas famílias.

Um indicador disso é o aumento da proporção de domicílios com rendas abaixo da linha da pobreza. Mas esse aumento oculta o fato de que muitos domicílios conseguem sair da pobreza graças ao trabalho de outros membros, e particularmente da mulher.

Uma análise sobre seis cidades (Buenos Aires, São Paulo, Bogotá, São José, Montevideu e Caracas) mostra que durante os anos 1980 aumentou consideravelmente a participação da força de trabalho de mulheres casadas conviventes (na segunda metade do decênio chegou a flutuar entre 40 e 60% nessas cidades)³, e mais ainda a de mães entre 25 e 39 anos com filhos menores de cinco anos em lugares nucleares (ao final do período sua participação encontrava-se entre 33% e 57%). Não sabemos muito bem como reflete essa tendência em estratos urbanos mais baixos, mas um estudo realizado em Montevideu confirma que se não houvesse sido pela participação laboral das esposas, a porcentagem de domicílios pobres em 1981, 1984 e 1987 teria aumentado entre duas e três vezes (KAZTMAN, 1988). Tudo parece indicar que muitos homens de setores populares urbanos se viram fortemente pressionados a abandonar seu papel de provedor único. Que isto se fez na maioria dos casos contra sua vontade se reflete nos repetidos comentários que se encontram em entrevistas das esposas acerca das resistências que devem vencer para sair para trabalhar (RACZYNSKI e SERRANO, 1985; CORTÁZAR, 1977; DE OLIVEIRA e GARCIA, 1991, p. 11, MATTELART, 1968, p. 120). Para tal resistência seguramente contribui o significado que outorgam os homens à dependência econômica como garantia de fidelidade e de resguardo de suas pretensões de autoridade nas relações maritais.

Modelos para as novas gerações

O modelo de distribuição intrafamiliar de poder mais arraigado nos setores populares urbanos foi consolidando-se ao largo de muitas gerações pela interação cotidiana dos membros das famílias rurais, que, como vimos, constituíram até meados deste século o grosso dos estratos baixos nacionais na região. O âmbito privilegiado para a emergência desse modelo foi a pequena empresa agrícola. Nela, o padre não só opera como provedor principal das rendas do domicílio mas também organiza as tarefas produtivas em um esforço cooperativo de alta dependência mútua e ensina a seus filhos as habilidades básicas para a realização de suas atividades econômicas. Nesse con-

³ Note-se que essas taxas correspondem às que exibiam mulheres casadas em uma série de países industrializados nos anos 1970 (NAÇÕES UNIDAS, 1979).

texto, que, nos países de urbanização mais recente da região, reproduziu-se em oficinas artesanais e pequenos comércios urbanos, a adoção do modelo paterno lubrifica os mecanismos de incorporação dos filhos ao mercado de trabalho e reforça a relação pai-filho e a legitimidade do poder que exerce o primeiro dentro da família. Vários processos têm contribuído para desarticular essa relação.

A grande maioria dos chefes de domicílios de estratos urbanos mais baixos são assalariados que estão presentes nas posições de maior subordinação. O contato com seus filhos é raro. A exposição destes aos meios de informação pública tem lhes permitido conhecer formas de consumo e estilos de vida mais gratificantes que os observados em seu entorno. A juventude tem se constituído rapidamente em uma subcultura, reconhecida como tal pela publicidade comercial, por objetos de mensagens específicas, com símbolos materiais e não materiais de pertencimento que mudam muito aceleradamente. Essa subcultura, sustentada cotidianamente pelos meios de difusão suga a imaginação juvenil e é poderoso elemento determinante de suas expectativas e aspirações.

O resultado é a ampliação da brecha geracional. Se bem isto sucede em todos os domicílios, a fissura parece tornar-se particularmente profunda nos estratos baixos. Em primeiro lugar, porque o período de juventude (de “moratória de papéis”) que tiveram os pais desses domicílios no geral foi mais curto que para os pais de outros estratos, de modo que a superposição de seus marcos referenciais com os de seus filhos é menor, e porque nos estratos baixos se concentram os migrantes rurais, fazendo com que o peso da socialização urbana seja muito maior para os filhos que para os pais. Em segundo lugar, porque suas conquistas estão longe de satisfazer as expectativas juvenis contidas nos valores subculturais. Os jovens, mais educados e mais conhecedores do mundo que no passado, têm um olho posto nos símbolos de prestígio da sociedade moderna e estão perfeitamente conscientes do que as classes médias da sociedade consideram bens desejáveis. A partir dessa perspectiva, o que os pais têm conseguindo alcançar se compara pobremente aos elementos que configuram estilos de vida de ampla difusão.

Esse desajuste entre esforços e conquistas reduz a possibilidade de que os filhos considerem o comportamento ou as normas paternas como modelos válidos e eficientes com os quais ajustar a própria conduta. Por último, seja pela necessidade de contribuir com o orçamento familiar, ou pelo desejo de adquirir bens que a família não pode proporcionar e que marcam a permanência na categoria de jovens, ou simplesmente pelo afã de conseguir uma maior liberdade e autonomia, muitos deles se incorporam

precocemente ao mercado de trabalho.⁴ Independentemente das causas, a precoce sensação de independência que produz a obtenção de renda própria pode agudizar a resistência dos filhos à autoridade paterna. Algumas investigações sobre violência intrafamiliar apontam indícios de que o desgaste das bases da autoridade do pai o induz a impor sua vontade ao resto dos membros da família de maneira autoritária (DE OLIVEIRA e GARCIA, 1991), gerando desse modo uma sinergia negativa cujo resultado final é uma progressiva deterioração da legitimidade de um poder que vai ficando sem respaldo moral (HEINTZ, 1965).

A supremacia masculina como valor

O conceito da dominação masculina formou parte do núcleo prescritivo básico das sociedades tradicionais latino-americanas, e como tal permaneceu por séculos fora de toda dúvida e negação (GERMANI, s/f). As pretensões masculinas de concentrar o poder nos domicílios estiveram afeiçoadas por instituições como a Igreja, a escola e as organizações nacionais e comunitárias, em cujas mensagens – simples, repetitivos e convergentes – estava implícita a supremacia do homem nas dimensões de poder.

Tanto a urbanização e modernização das estruturas produtivas como os processos paralelos de secularização que traziam consigo maior ênfase no individualismo e na realização pessoal e estendiam o exame racional para áreas tradicionalmente consideradas como sagradas contribuíram para revolver os cimentos culturais e institucionais da concepção de poder centrada no homem. A expansão notável dos meios de informação pública e a conseqüente abertura para mensagens múltiplas e divergentes contribuíram para essa tarefa. As fissuras que abriram estes processos foram ampliadas pela ação de movimentos que sustentavam que, tanto pelas razões éticas como por razões instrumentais vinculadas a um menor ajuste da sociedade às transformações tecnológicas, sociais e demográficas, era necessário avançar até uma maior igualdade entre os sexos.

Vários fatores estão facilitando a penetração destas ideias nos estratos urbanos baixos ou, ao menos, daqueles conteúdos associados ao questionamento da concentração do poder familiar no homem. Em primeiro lugar se encontram os já citados acerca da distância entre os padrões ideais de comportamento definidos pelos modelos tradicionais de família e o comportamento real de pais e maridos. Em segundo

⁴ Madeira (1986, p. 78) cita investigações realizadas no Brasil que destacam o sentido de “liberdade” contido na decisão de trabalho dos jovens.

lugar estão os graus de liberdade e independência que a mulher vai conquistando à medida que eleva sua participação laboral – geralmente obrigada pelas circunstâncias econômicas –, seus níveis educativos, seus conhecimentos para o controle da reprodução, o acesso à tecnologia doméstica e a disponibilidade de opções institucionais para o cuidado das crianças. E, por último, está o declínio do controle social exercido por instituições tradicionais – e em particular a Igreja –, que vão estreitando suas esferas de ação e mensagens, enquanto novas áreas da atividade humana são submetidas à análise racional.⁵

Apesar de ainda não se dispor de resultados de pesquisas específicas a respeito, a informação escassa disponível permite supor que o efeito combinado desses fatores explica em grande medida a desvalorizada imagem que os filhos têm de seus pais frente a imagem de suas mães, e que as mulheres têm de seus maridos, segundo se depreende de alguns estudos na região (CASSÁ, 1989; GISSI, 1978; RACZYNSKI e SERRANO, 1985).

A DEBILITAÇÃO DA AUTORIDADE DOS PAIS E MARIDOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Aprisionados entre compulsões materiais imediatas, transformações nos padrões de valor que ameaçam seu papel tradicional e escassas possibilidades – diminuídas ainda mais pela crise – de ascender a meios legítimos para satisfazer suas necessidades e aspirações dos membros de suas famílias, uma importante proporção dos homens de estratos urbanos populares se encontram inabilitados para o desempenho dos papéis de esposo e pai. Essa situação anômica gera um circuito perverso no qual o não cumprimento das obrigações debilita sua autoridade dentro da família, o que por sua vez contribui para acelerar seu abandono de obrigações.

Para compreender o que significa a erosão de sua autoridade para os pais e maridos nos estratos popu-

5 Uma análise detalha do conteúdo das encíclicas, declarações, discursos e mensagens da hierarquia eclesial e de publicações argentinas relacionadas com a Igreja leva Wainerman (1981, p. 92) à seguinte conclusão: “Sobre uma imagem de que ambos os sexos são essencialmente diferentes, e que suas diferenças físicas e psíquicas, por ser de origem biológica e obedecer à ordem do divino, são imodificáveis, afirma-se que a mulher é a depositária do afetivo, do coração, é um ser frágil que naturalmente reina e deve reinar sobre a esfera do doméstico e do privado, enquanto o homem é o depositário da autoridade, da cabeça, é um ser forte que reina e deve reinar sobre a esfera do público; ele é o amo e o senhor, único provedor das necessidades econômicas do lar, e ela, a submissa e obediente companheira.

lares urbanos, deve-se ter em mente a importância que é para eles o respeito e o reconhecimento dos membros de sua família como forma de compensar uma condição geral subordinada e marginal na economia e na sociedade. Ante a carência de outras fontes de autoestima, a perda de autoridade familiar prejudica profundamente a valorização que o homem tem de si mesmo. A hipótese que proponho é que o comportamento supostamente irresponsável dos homens dos estratos baixos com respeito à sua função no processo de reprodução social é, na essência, uma resposta à desvalorização estruturalmente condicionada de sua própria imagem.

Quais são as consequências mais significativas destes processos para a família e a sociedade? A primeira e mais óbvia é a desorganização familiar. Seja porque a família não chega a constituir-se, porque se constitui mas não se consolida, ou porque o núcleo conjugal se dissolve, a falta de cumprimento das obrigações de marido e pai rompe o padrão de papéis sociais que define a família como instituição.⁶ Dessa primeira consequência surge uma segunda: o reforço dos mecanismos de reprodução da pobreza e das desigualdades sociais. Os estudos acerca do impacto das formas de constituição familiar sobre o desenvolvimento biológico e intelectual das crianças de estratos baixos mostram que a desorganização das famílias contribui muito para que as situações de alta vulnerabilidade social se transmitam de uma geração para outra; portanto, seus efeitos ajudam a modelar a forma mais ou menos equitativa que tomam as estruturas sociais (CEPAL, 1991; BUVINIC, VALENZUELA, MOLINA e GONZÁLEZ, 1991; ASTONE e MCLANAHAN, 1991, p. 309-320). Uma terceira consequência, muito pouco explorada e aplicável em especial nos casos em que o pai está presente, vincula-se com ao menos dois conteúdos da socialização dos filhos. Por um lado, a criança aprende a viver e ajusta seu comportamento às imposições de um poder que não tem legitimidade, que está dissociado da moral, e carece de modelos familiares que lhe permitam internalizar um conceito de poder vinculado a responsabilidades e obrigações. Por outro, devido às razões expostas antes, seu entorno oferece poucos exemplos de esforços associados a conquistas. Ao internalizar

6 A não constituição da família, ligada a mães solteiras, é vista como uma forma de desorganização não só pelo quanto o pai-marido potencial não responde às expectativas sociais, se não porque também reflete a debilidade dos mecanismos de socialização e controle social das respectivas famílias de origem (ver GOODE, 1961). Não conheço estudos na região que tenham explorado as características dos pais das mães solteiras, para além da informação limitada que pode fornecer as mesmas mães (ver BUVINIC, VALENZUELA, MOLINA e GONZÁLEZ, 1991).

uma noção de poder desvinculado da moral, e uma noção de conquistas desvinculada do esforço, os filhos transformam-se em portadores de expectativas e pautas de conduta propícias para que no futuro se reproduzam as situações de suas famílias de origem. Por último, a debilitação ou abandonando do papel paterno faz a sociedade menos capaz de regular áreas importantes do comportamento das novas gerações.

COROLÁRIO

Tanto pelas consequências da desorganização familiar sobre o sistema de bem-estar das pessoas involucradas como por seus efeitos sobre a estrutura social, um dos problemas principais que abordam as políticas de família é encontrar a forma que contribua para a constituição e consolidação de unidades que possam cumprir funções de socialização adequadas às exigências das sociedades atuais. Sem dúvida, as situações mais graves de carência a esse respeito se concentram nos estratos populares urbanos.

As reflexões anteriores destacavam a necessidade de estudar mais a fundo os valores, atitudes e expectativas dos homens desses estratos, assim como as condições nas quais se gera uma renúncia das obrigações de marido e pai. Tanto os acadêmicos como os responsáveis pelas políticas pertinentes devem ter presente o recorte observado na região, onde se tende a postular os problemas das famílias sobre a base de informação recolhida em estudos centrados especificamente na situação da mulher.

As políticas que mais se têm desenvolvido neste campo são aquelas dirigidas a resolver situações de desarticulação ou conflito intrafamiliar, ou compensar a ausência do pai. Desejo destacar aqui a necessidade de atacar a raiz do problema, mais que suas consequências. Para atender à constituição e consolidação de famílias, não só é preciso criar condições que facilitem o acesso aos recursos materiais, se não também, reconhecendo a profundidade da brecha geracional, é necessário fornecer a crianças e jovens orientações sólidas sobre conteúdos dos papéis de pai e esposo que estão em consonância com a realidade em que vai atuar a família. Essas orientações deveriam propiciar a transmissão de imagens que apoiem uma repartição mais equitativa do poder de decisão intrafamiliar e uma menor diferença das tarefas em função do sexo, e que engendrem nos homens atitudes flexíveis frente ao seu papel no domicílio. Poderia estimular assim a presença do homem, reforçando seu papel na família e corrigindo por sua vez suas expectativas com respeito à distribuição do poder e à divisão do trabalho no domicílio. Talvez dois dos avanços mais notáveis que

se tem feito nos últimos decênios nesse sentido têm sido a ruptura da segmentação por sexo no recrutamento dos alunos nos estabelecimentos escolares e a equiparação das conquistas educativas de homens e mulheres em um nível marcadamente superior ao de gerações anteriores.

REFERÊNCIAS

- Astone, Nan Marie y Sara McLanahan (1991): Family structure, parental practices, and high school completion, *American Sociological Review*, vol. 56, nº 3, Washington, D.C., American Sociological Association, junio.
- Buvinic, Mayra (cons.), J.P. Valenzuela, Temístocles Molina y Electra González (1991): La suerte de las madres adolescentes y sus hijos: un estudio de caso sobre la transmisión de la pobreza en Santiago de Chile (LC/R. 1038), Santiago de Chile, CEPAL, 8 de agosto.
- Cassá, Roberto (cons.) (1989): Juventud y sociedad en República Dominicana (LC/R. 512), Santiago de Chile, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 7 de julio.
- CEPAL (1991): Panorama social de América Latina (LC/G. 1688), Santiago de Chile, 31 de octubre.
- Cortázar, René (1977): Necesidades básicas y extrema pobreza, *Estudios CIEPLAN*, nº 17, Santiago de Chile, Corporación de Investigaciones Económicas para Latinoamérica (CIEPLAN), septiembre.
- Davis, Kingsly (1984): Wives and work: the sex role revolution and its consequences, *Population and Development Review*, vol. 10, nº 3, septiembre.
- De Oliveira, Orlandina y Brígida García (1991): jefas de hogar y violencia doméstica, México, D.F., El Colegio de México, mimeo.
- Germani, Gino (s/f): Democracia y autoritarismo en la sociedad moderna, *Crítica y utopía*. Gissi, Jorge (1978): El machismo en los dos sexos, Paz Covarrubias y Rolando Franco (eds.), Chile, mujer y sociedad, Santiago de Chile, Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEE).
- Goode, William J. (1961): Family disorganization, Mabeí A. Elliot y Francis E. Merrill (eds.), *Social Disorganization*, Nueva York, Harpers and Brothers.
- Heinzt, Peter (1965): Curso de Sociología, Buenos Aires, Editorial Universitaria de Buenos Aires.
- Hoskins, Irene (1990): Changing family patterns, women and social security, *Network News*, vol. 5, nº 2, Bélgica, Asociación Internacional de Seguridad, otoño-invierno. ■

Camila Pereira Saraiva

Como compreender as velhas periferias? um exercício de reflexão relacional

Resumo

Do padrão da urbanização brasileira *ex post*, isto é, da implantação de loteamentos urbanos precários, tardiamente servidos por investimentos públicos, resultam as periferias urbanas. Busca-se neste artigo contribuir para o campo teórico-conceitual sobre as periferias a partir de um diálogo entre a literatura de vertente estruturalista, os estudos relativos à classificação dos espaços metropolitanos e uma reflexão relacional, inspirada em Pierre Bourdieu, sobre uma periferia da metrópole de São Paulo.

Palavras-chave: Periferias; Urbanização; Espaço social; Consumo; São Paulo.

Abstract

Urban peripheries in Brazil are a result of the urbanization process characterized by an *ex post* pattern, in which urban settlements are developed precariously and latterly provided with public investments. In this article we seek to contribute theoretically to the studies about peripheries through a dialogue among the structuralist perspective, studies concerning the classification of metropolitan spaces and a relational reflection, inspired by Pierre Bourdieu, about a periphery inside the São Paulo metropolis.

Keywords: Peripheries; Urbanization; Social space; Consumption; São Paulo.

Camila Pereira Saraiva

é arquiteta e urbanista, mestre e doutoranda em planejamento urbano e regional pelo IPPUR, UFRJ.

lacamisaraiva@gmail.com

AS PERIFERIAS NUMA ABORDAGEM ESTRUTURALISTA

O conceito de periferias urbanas, associado ao modelo teórico centro-periferia, foi fundamental para a conformação do campo de conhecimento sobre as cidades e o urbano no Brasil. Tal modelo resultou da combinação do paradigma marxista de interpretação das cidades, o qual se desenvolveu, nos anos 1960, a partir dos trabalhos desenvolvidos por Castells e Lojkin¹ na Europa, com a análise estrutural do desenvolvimento feita pela Cepal.²

Desenvolvido nos anos 1970, *pari passu* a urbanização e o crescimento das cidades brasileiras, o modelo centro-periferia explicava os mecanismos pelos quais os pobres se concentravam nas áreas mais baratas e afastadas do centro da metrópole. Nesse modelo, o solo urbano é disputado por inúmeros usos segundo as regras do jogo capitalista fundamentado na propriedade privada do solo.

A terra se constituiria, portanto, como uma mercadoria diferente, à medida que sua produção não incorpora trabalho e o capital imobiliário seria um falso capital, já que a origem de sua valorização não estaria na atividade produtiva, mas na monopolização do acesso à condição indispensável àquela atividade. A formação do preço da terra, por sua vez, seria condicionada pela redistribuição do valor (mais-valia) produzido em outro lugar, principalmente através dos investimentos públicos em serviços e melhorias urbanas e pelos efeitos do zoneamento de uso do solo. Desse modo, o acesso a serviços urbanos tenderia a privilegiar, cada vez mais (quanto mais escassos fossem os serviços em relação à demanda), determinadas localizações e sua apropriação por camadas de renda mais elevada, com capacidade de pagar um preço alto pelo direito de morar em condições urbanas adequadas. A população mais pobre, nessa dinâmica, ficaria relegada às zonas mal servidas e, por isto, mais baratas (SINGER, 1979).

As periferias, configurações espaciais resultantes

1 LOJKINE, Jean. O Estado capitalista e a questão urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1997. CASTELLS, Manuel. A questão urbana. São Paulo: Paz e Terra, 2006, 3ª ed.

2 No âmbito da Cepal em 1949, Raúl Prebisch, um dos principais intelectuais formuladores da teoria do desenvolvimento, utilizou o termo periferia como noção complementar à de centro, para se referir aos diferentes papéis desempenhados por dois setores do sistema capitalista nos ciclos econômicos (passivo ou reflexo, a periferia; ativo, o centro). O pensamento Cepalino defendia que o desenvolvimento devia ser produto de uma estratégia nacional de industrialização, que permitisse superar a deterioração dos termos de troca no comércio internacional, no qual os países industrializados agiam de maneira a manter os países subdesenvolvidos como exportadores de produtos agrícolas e matéria-prima.

do modelo descrito, foram definidas como “parcelas do território da cidade que têm baixa renda diferencial”, sendo renda diferencial a “componente da renda fundiária que se baseia nas diferenças entre as condições físicas e localizações dos terrenos e nos diferenciais de investimentos sobre eles, ou no seu entorno, aplicados” (BONDUKI; ROLNIK, 1979, p. 147). O centro moderno e a periferia atrasada fariam parte de uma mesma unidade contraditória, mas operante para o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil (OLIVEIRA, 2003).

A progressiva melhora das condições físicas nas precárias periferias, resultado de investimentos públicos ao longo das décadas seguintes a sua ocupação, foi analisada por Mautner (1999). A autora, também centrada na dinâmica do capital econômico, vê os loteamentos periféricos como a “base de um processo de produção de espaço urbano”. As periferias seriam, portanto,

um lugar mutante, sempre reproduzido em novas extensões de terra, enquanto velhas periferias são gradualmente incorporadas à cidade, ocupadas por novos moradores e reorganizadas pelo capital. (MAUTNER, 1999, p. 253-254)

Para a autora, esse padrão “fragmentado, descontínuo no tempo e no espaço” de construção social da cidade seria composto por uma sequência de três camadas de trabalho. A primeira camada seria realizada por parte do trabalhador que compra a terra (mesmo irregularmente), autoconstruindo, na maioria das vezes, sua casa; a segunda camada de trabalho consistiria na ação do Estado em estender a infraestrutura para a área e, por fim, a terceira camada seria aquela em que o capital se apropria do trabalho das camadas anteriores, transformando as áreas em “espaço urbano”. Nesse processo, “vários de seus moradores originais acabariam sendo expelidos para iniciar a primeira camada de trabalho em periferias mais distantes” (MAUTNER, 1999, p. 256-257).

A definição dessa sequência de camadas feita por Mautner (1999) suscita indagações sobre o possível fim das periferias, afinal leva à suposição de que, no fim do processo de apropriação das camadas de trabalho pelo capital, as periferias se transformariam em “espaço urbano”. É nessa direção que vale destacar a reflexão do urbanista Nabil Bonduki, em depoimento dado, no início dos anos 2000, sobre a atualidade do tema periferias: “Quando toda a periferia tiver água, luz, asfalto, esgoto – e estamos nos encaminhando para isso – então vai acabar a periferia? Eu acho que não. Por causa do elemento social.”³

3 Cf. Revista Espaço & Debates, São Paulo, n. 42, 2001, p.97.

De fato, a apreciação de alguns estudos sobre a estrutura urbana das metrópoles nos anos 2000 (CARDOSO *et al.*, 2007; TORRES, 2005; RIBEIRO, 2001; ROLNIK, 2000) indica o surgimento de uma nova categoria, a periferia consolidada. Seria o surgimento dessa nova categoria uma evidência dos limites de se compreender as periferias com base em sua localização geográfica e precariedade urbanística?

Com o intuito de buscar elementos para responder essa questão, apresenta-se, na próxima seção, uma síntese de como a categoria periferia consolidada tem sido utilizada. Em seguida, pretende-se problematizá-la a partir da perspectiva relacional de Bourdieu.

A CATEGORIA PERIFERIA CONSOLIDADA: DIFERENCIAÇÃO E COMPLEXIFICAÇÃO DAS VELHAS PERIFÉRIAS

A partir dos estudos sobre a estrutura espacial de metrópoles brasileiras apresentados nesta seção, pode-se dizer que a categoria periferia consolidada deriva de análises de dados socioeconômicos e/ou físicos feitas, na maioria das vezes, com o objetivo de compreender os espaços metropolitanos após a redemocratização do país e as transformações econômicas decorrentes da reestruturação produtiva num contexto mais amplo. Em geral, esses estudos dialogam com o modelo centro-periferia dos anos 1970, mas no sentido de superá-lo em defesa de uma maior complexificação e heterogeneidade das metrópoles.

Nessa direção, Cardoso *et al.* (2007) apresenta uma classificação da estrutura metropolitana do Rio de Janeiro baseada nas seguintes categorias: “núcleo, zona suburbana, periferia

consolidada e periferia em expansão” (p. 7-8). A periferia consolidada foi definida, em comparação aos demais espaços da metrópole, como apresentando “altas taxas de crescimento populacional entre os anos 1940 e 1970” e uma concentração de “população pobre, com menor escolaridade, mais jovem, mais negra e com pouco acesso a serviços e equipamentos urbanos” (p. 7-8).

Já Ribeiro (2001), em artigo que analisa, segundo tipologia sócio-ocupacional, a dinâmica demográfica na metrópole do Rio de Janeiro, entre as décadas de 1980 e 1990, utiliza o termo periferia consolidada para se referir a áreas da metrópole que teriam sofrido um processo de elitização moderada. Segundo o autor, essas áreas indicariam um processo de diferenciação social da periferia: em 1980, eram “operárias” e, na década analisada, apresentam aumento do peso

dos “prestadores de serviços” e, em menor grau, das “categorias superiores”, o que expressaria a existência de “processos de renovação social de áreas populares pela mobilidade espacial, em sua direção, de pessoas com status social mais elevado (categorias de profissionais de nível superior), ao mesmo tempo que teria ocorrido a elevação do status social dos antigos residentes” (RIBEIRO, 2001, p. 10).

Enfocando a dinâmica demográfica intraurbana da metrópole de São Paulo, na década de 1990, Torres (2005) divide “para fins operacionais” (p. 106) a região metropolitana em três sub-regiões – a cidade consolidada, a periferia consolidada e a fronteira urbana – utilizando como critério a taxa de crescimento da população por áreas de ponderação do Censo Demográfico. O autor define como fronteira as áreas que apresentaram taxas de crescimento demográfico superiores a 3% ao ano no período entre 1991 e 2000; como periferia consolidada, as áreas com taxas de crescimento entre 0 e 3% ao ano e, como cidade consolidada, as áreas com crescimento negativo.

Para esse autor, tanto a fronteira urbana como a periferia consolidada são áreas pobres que, contudo, poderiam ser diferenciadas não apenas pelo crescimento demográfico como também pela oferta de bens de consumo coletivo. Assim, enquanto na periferia consolidada “grande parte dos equipamentos sociais está presente e a política social tende a implicar outros elementos, como melhoria do ensino básico e das condições de moradia e acesso ao mercado de trabalho e ao crédito”, na fronteira urbana “tudo está por construir” (TORRES, 2005, p. 108).

Os termos periferia consolidada e fronteira já haviam sido utilizados em pesquisa anterior, coordenada por Raquel Rolnik, sobre as transformações da Zona Leste do Município de São Paulo. Os critérios para a divisão da parte leste do Município em “sub-regiões” foram:

as tendências econômicas recentes na Zona Leste e na economia metropolitana, as transformações na indústria, os novos – e antigos – padrões no comércio e serviços, as condições de vida, os investimentos imobiliários, os padrões de mobilidade, a morfologia.

Segundo essa pesquisa, a periferia consolidada representaria

a expansão periférica que foi predominante na metrópole a partir dos anos 40, cuja ocupação encontra-se consolidada à força de persistentes microinvestimentos privados e lutas pela provisão de infraestrutura no sentido de superar a precariedade original. (ROLNIK, 2000, p. 85-86)

Observa-se, assim, que a categoria periferia consolidada tem sido acionada para a descrição de padrões espaciais. Ora enfatizando aspectos físicos e demográficos, ora destacando conteúdos sociais, a mediação operada por essa categoria faz-se no sentido de diferenciar os espaços intraurbanos da metrópole.

Procurando romper com o modelo centro-periferia, essas análises mais recentes, muitas vezes, reaproximam-se da vertente empírica durkheimiana das ciências sociais ao conceber os fatos sociais como redutíveis às suas dimensões externas, observáveis e mensuráveis.⁴ Diante da ausência de articulação da categoria periferia a maiores formulações teóricas, pode-se afirmar que esta é utilizada como um conceito operativo em sistemas classificatórios criados na busca de uma explicação para as transformações ocorridas nas metrópoles na contemporaneidade.

A partir dos estudos até aqui considerados, observa-se que, tanto por meio de um modelo teórico estrutural de transformações das periferias em espaço urbano (MAUTNER, 1999) quanto pela operação e análise de dados estatísticos socioeconômicos e demográficos (CARDOSO, 2007; TORRES, 2005; RIBEIRO, 2001 e ROLNIK, 2000), as velhas periferias podem ser atualmente consideradas como territórios onde a precariedade urbanística originária nem sempre se faz presente, onde as taxas de crescimento populacional são moderadas e os investimentos imobiliários somam-se aos equipamentos públicos existentes.

Partindo da consideração de que o uso da categoria periferia consolidada a constitui como fato consumado⁵, busca-se, na próxima seção, um entendimento dessas periferias consolidadas a partir das chaves de interpretação propostas por Bourdieu acerca das relações existentes entre espaço social e espaço físico.

A CONDIÇÃO E A POSIÇÃO DE UMA PERIFERIA QUE SE CONSOLIDA

Para capturar a lógica do mundo social, segundo Bourdieu (1997), seria necessário se aprofundar na particularidade de uma realidade empírica, histórica-

4 Cf. SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as Ciências (digitalizado).

5 Em alusão à comparação entre o sociólogo e o censor feita por Bourdieu. Para este, “o sociólogo expõe-se, a partir do momento em que aceita tornar públicos os resultados das suas pesquisas, a que lhe atribuam o papel do censor [...] que reduz as pessoas classificadas à verdade objetiva que a classificação lhes determina” Cf. BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. (p. 118-119).

mente situada e datada, para construí-la como uma figura em um universo de considerações possíveis. Seguindo essa orientação, adota-se nesta seção, o caso de Itaquera, bairro na zona leste do Município de São Paulo. A análise da consolidação dessa periferia se utiliza de informações de diagnósticos técnicos, estudos acadêmicos e notícias veiculadas pela imprensa, assim como o conhecimento adquirido pela vivência do pesquisador no território.

Considerado um subúrbio residencial no entorno da estação de trem e habitado principalmente por operários, comerciários e funcionários públicos de baixa categoria ocupacional, Itaquera era rodeado de chácaras e plantações de hortifrutigranjeiros⁶ até a década de 1950, quando estas passam a ceder espaço para a abertura de loteamentos periféricos. Esses loteamentos, abertos irregularmente e carentes de infraestrutura, foram a alternativa encontrada pela população de baixa renda, em grande parte migrantes atraídos pela indústria, diante da oferta insuficiente de habitação. O diagnóstico elaborado como subsídio para o Plano Urbanístico Básico, em 1968, evidenciava a precariedade ali existente à época: 89,3% dos domicílios não tinham água encanada, 96,9% não dispunham de esgotos, 87,5% não tinham asfalto e 71,9% não dispunham de coleta de lixo.

Ao longo das décadas seguintes, os sucessivos investimentos dos próprios moradores no bairro somaram-se aos investimentos públicos em infraestrutura (Av. Radial Leste, extensão do traçado do Metrô até Itaquera, canalização de córregos e investimentos em saneamento). Tais investimentos somados à comercialização pela Cohab-SP⁷ de unidades de habitações populares dirigidas a famílias com renda entre 3 e 5 salários mínimos, entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, contribuíram enormemente para o incremento populacional de Itaquera.

No final da década de 1990, aliando oferta de terrenos baratos com certo nível de infraestrutura urbana, Itaquera era o quarto bairro paulistano com maior número de prédios, grande parte desses construído por cooperativas e destinados a famílias com renda entre 5 e 10 salários mínimos (CASTRO, 2001). Já no início do século XXI, passados mais de cinquenta anos do início de sua ocupação mais intensa, Itaquera é um bairro servido por transporte coletivo (inclusive metrô), bancos, prestadoras de serviços públicos, hipermercados e shopping center, além

6 Cf. LEMOS, Amalia I.G. de; FRANÇA, Maria C. Itaquera. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1999.

7 Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo. As Cobahs foram criadas em 1964 como parte da política de provisão e financiamento habitacional operada pelo extinto Banco Nacional de Habitação - BNH.

de abrigar um dos estádios construídos para a Copa do Mundo 2014.⁸ Não seria exagero dizer, portanto, que Itaquera, inicialmente um loteamento precário de uma distante periferia, faz hoje parte do mapa de investimentos na metrópole.

Diante desse cenário, torna-se pertinente lembrar o questionamento feito por Bonduki (2001), apresentado na primeira parte deste artigo: se Itaquera passou a ter infraestrutura, oferta de serviços e a ser alvo de investimentos privados diversificados, não deveria, de acordo com a interpretação estruturalista já apresentada, deixar de ser considerado um bairro de periferia?

Para responder a essa questão, supõe-se que seja valioso refletir sobre como essa periferia consolidada tem sido retratada com base nas contribuições da perspectiva relacional da sociologia. Segundo essa perspectiva, presente na obra de autores como Norbert Elias e Pierre Bourdieu⁹, todo fenômeno social é relacional, ou seja, são as relações entre os indivíduos e grupos que constroem o social. Logo, a descrição de um território ou lugar não seria suficiente para a sua plena compreensão, sendo necessário colocá-lo em relação a outros.

Essa dimensão relacional, contrária ao pensamento substancialista dos lugares, de certo modo, já estava presente em Marx, para quem as categorias da economia política (capital, trabalho, valor) eram determinantes das relações sociais de reprodução. Bourdieu propõe, no entanto, um estudo de caráter estrutural, mas não reduzido à lógica das relações econômicas. Para esse autor, não seria possível o rompimento com os erros cometidos por um pensamento substancialista dos “lugares” sem uma análise das relações entre as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico.

De acordo com a sua argumentação, um “lugar” poderia ser definido absolutamente como o ponto do “espaço físico” onde um agente ou uma coisa estão situados, o “lugar” compreendido como “localização”. Como deveria também ser definido sob um ponto de vista relacional, o “lugar” definido pela gradação em uma ordem, isto é, como “posição” (BOURDIEU, 1998, p.160).

As posições dos agentes e grupos (e das coisas apropriadas por estes) no espaço social, tido como metáfora do mundo social, seriam assumidas de acordo com princípios de diferenciação. A diferen-

ça ou distinção, isto é, uma propriedade relacional que só existe em relação a outras propriedades, é que fundamentaria a noção de espaço. Assim, Bourdieu define espaço como sendo:

conjunto de posições distintas e coexistentes exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem, como acima, abaixo e entre. (BOURDIEU, 1997, p. 18)

Os agentes e as coisas estariam, deste modo, situados num lugar do espaço social que se pode caracterizar por sua posição relativa a outros lugares e pela distância que o separa deles. Esse espaço de posições sociais, definidas em termos da distribuição desigual de capital econômico e cultural, seria então retraduzido em um espaço de tomadas de posição intermediado por um espaço de disposições (*habitus* ou gostos). O *habitus*, portanto, daria conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes (BOURDIEU, 1997).

Em São Paulo, assim como em outras metrópoles brasileiras, a histórica distribuição desigual de capital econômico e cultural sofreu algumas mudanças a partir de meados dos anos 1990. A análise dos resultados da PNAD para as regiões metropolitanas, entre 1995 e 2004 mostrou o crescimento da proporção de pobres e, ao mesmo tempo, o aumento do consumo de bens e serviços (TORRES, BICHIR e CARPIM, 2006). Esse aumento do consumo da população mais pobre, de início associado aos efeitos gerados pelo Plano Real¹⁰, intensificou-se na última década devido a políticas de transferência de renda, de valorização do salário mínimo e maior oferta de crédito.

Nesse contexto, o desenvolvimento de estratégias voltadas aos “consumidores emergentes” ou à “base da pirâmide”, como se referem a estes os consultores de mercado¹¹, passou a ser defendido como a maior chance de aumento da lucratividade nos negócios e a Classe C passou a ser “a nova coqueluche dos mercados”.¹² No Município de São Paulo, segundo

10 Ver também: SILVA, Fábio José Ferreira da; FONSECA NETO, Fernando de Aquino. “Inflação pró-pobre no Brasil do Real: uma análise regional”. *Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, v. 15, n. 1, Mar. 2011, p. 82-102.

11 A expressão é uma referência à obra de C.K. Prahalad, consultor indiano radicado nos Estados Unidos, que desenvolve estratégias de obtenção de lucro através do consumo dos mais pobres. Seu livro *A riqueza na base da pirâmide* foi publicado no Brasil em 2005.

12 *Jornal Brasil Econômico*, “Classe C, a nova coqueluche dos mercados”, 23 jan. 2010.

8 Ver a reportagem “Itaquera se prepara para receber a Copa do Mundo”. Disponível em <http://vejasp.abril.com.br/materia/transformacoes-em-itaquera-copa-do-mundo?utm_source=email>. Acessado em 11 jul. 2014.

9 No presente artigo, será enfocada a contribuição de Pierre Bourdieu.

dados do último Censo Demográfico 2010, cerca de 69,8% da população mora em um dos 55 distritos (de um total de 96) cuja renda média domiciliar per capita corresponderia à Classe C, isto é, está entre 320 e 1.120 reais¹³. Em Itaquera a renda média per capita é de cerca de 620 reais.¹⁴

Segundo pesquisa da Associação Comercial de São Paulo, a esses novos consumidores corresponderiam hábitos próprios: “Gostam, sim, de pechinchar, cacete trazido dos idos tempos em que povoavam as classes D e E. Também preferem compras a prazo (...)”¹⁵.

Essa prática de associar um “novo tipo de consumidor” a uma suposta “nova classe média”¹⁶ já vinha sendo anunciada em meados da década de 1990, quando o consumo da população pobre aumentou devido aos efeitos do Plano Real. Um discurso em tom de ameaça à posição de classe ocupada por uma tradicional “classe média” vem sendo, assim, construído há quase duas décadas, como indica o trecho da reportagem abaixo:

Os ricos estão ficando no mesmo lugar. E os pobres estão melhorando. Essa transformação é dramática e quem quiser percebê-la visualmente pode pegar o carro e dar uma volta pelos bairros periféricos das grandes cidades. É o endereço dos pobres [...] O que se descobrirá nesse passeio é que a vida dessa gente está mudando muito rápido. Os pobres empunharam a pá de pedreiro e estão reformando suas casinhas. Grandes redes de supermercado migraram para essas regiões, instalando lojas que, entre outras coisas, vendem produtos importados.

13 Segundo o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB), divulgado pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa para o ano de 2014, a renda média bruta familiar no mês da classe C1 seria R\$ 1865,00 e da classe C2, R\$ 1277,00. Segundo estudo divulgado também em 2014 pela Serasa Experian e Instituto Data Popular, a renda mensal da classe C brasileira varia de R\$ 320,00 a R\$ 1.120,00 por pessoa. Considerando que o objetivo deste trabalho não é discutir a conceituação da classe C, mas analisar em que medida são construídas distinções, opta-se aqui por utilizar o último critério para efeitos comparativos.

14 A renda per capita é a soma do rendimento nominal mensal das pessoas com 10 anos ou mais residentes em domicílios particulares ou coletivos, dividida pelo total de pessoas residentes nesses domicílios. Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Fundação Seade.

15 Jornal Brasil Econômico, “Classe C, a nova coqueluche dos mercados”, 23 jan. 2010.

16 Segundo Pochmann a existência de uma nova classe média não passaria de um mito. Para esse autor o que ocorreu foi a incorporação socioeconômica de vasta parcela dos trabalhadores de baixa renda, até então destinados ao subconsumo, aos padrões de consumo de bens duráveis, consumo que, anos antes, só era possível para os segmentos de classe média e rendas superiores.

As redes de *fast-food*, que pescavam a clientela apenas na classe média, estão chegando. Apareceram locadoras de vídeo, casas que vendem eletrodomésticos, até shoppings. Um jardim de antenas parabólicas floresce em bairros modestos. (Revista Veja, 18/12/1996, grifos meus).

De acordo com a perspectiva relacional de Bourdieu, as posições no espaço social são definidas segundo princípios de diferenciação, entre os quais estaria o *habitus* que vincularia as práticas e os bens de uma determinada classe de agentes por afinidades de estilo. A partir dessa perspectiva, é possível atribuir o tom irônico da reportagem ao suposto intuito da revista de reforçar as diferenças existentes entre seu público leitor de classe média e os pobres dos bairros periféricos da cidade.

Uma grande parte da classe média em São Paulo, segundo O’Dougherty (1998), formada principalmente por filhos de prósperos comerciantes, embora possua boas condições materiais, não participa do campo de produção cultural, menospreza o debate intelectualizado e político e procura assegurar sua distinção dos mais pobres justamente pela qualidade de seu consumo.

Certamente, como reflete Bourdieu (1982, 1989), a posse de bens não é jamais uma condição suficiente para pertencer a uma determinada classe social. Isso porque as diferenças propriamente econômicas seriam duplicadas por distinções simbólicas presentes na maneira de usufruir esses bens, ou melhor, através do consumo, e mais, através do consumo simbólico que transmuta bens e signos, as diferenças de fato, em distinções significantes.

Para Bourdieu, a estrutura do espaço social marcada por tais distinções se manifesta sob a forma de oposições espaciais e, portanto, o “espaço habitado” funcionaria como uma espécie de “simbolização espontânea do espaço social”. Essa tradução do espaço social no espaço físico se daria de modo que o poder sobre o espaço, que a posse das diferentes espécies de capital proporciona, “manifesta-se no espaço físico apropriado sob a forma de uma certa relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição dos bens ou dos serviços, privados ou públicos” (BOURDIEU, 1998, p. 160).

As grandes oposições sociais objetivadas no espaço físico tenderiam ainda a se reproduzir nos espíritos e na linguagem sob a forma de oposições constitutivas de um princípio de visão e de divisão, isso é, enquanto “categorias de percepção e de apreciação ou de estruturas mentais” (BOURDIEU, 1998, p. 162). A mobilidade espacial individual, intra ou intergeracional, para Bourdieu, pode ser compreendida como

um indicador dos sucessos ou dos revezes alcançados nas lutas pela apropriação do espaço. Pois o sucesso dependeria também das capacidades de apropriação do habitat que cada um possui, uma vez que existiria sempre a possibilidade de “se ocupar fisicamente um habitat sem habitá-lo” quando não se dispõe dos meios exigidos, inclusive certo *habitus* (BOURDIEU, 1998, p. 165).

Nesse sentido, observa-se também uma adequação espacial do mercado imobiliário, além do comércio varejista. Esse investimento do setor imobiliário em produtos diferenciados para esse “novo tipo de consumidor” pode ser observado em anúncios como “sair do aluguel custa menos do que você imagina”; “só aqui você compra 3 dormitórios pelo preço de 2 dormitórios” e “o apartamento ideal para sua família com o preço do tamanho do seu bolso” são comuns nos panfletos de produtos imobiliários distribuídos na região de Itaquera. Isso porque seus moradores, quando experimentam certa mobilidade social ascendente, muitas vezes preferem continuar residindo no próprio bairro e nos bairros mais valorizados do entorno próximo, como Aricanduva, Penha e Vila Matilde. Segundo entrevista concedida por um consultor de uma das imobiliárias da região:

Na década de 1980, as famílias que vieram para a Cohab também tiveram sua ascensão. Itaquera nos anos 1980/90 tinha um público de baixa renda, de classe E. Hoje, pode ser considerado de classe C. São os emergentes, os filhos cresceram e precisam de apartamento ou condomínio de casas com mais conforto, comodidade¹⁷.

Os consumidores desses novos empreendimentos, em sua maioria jovens, buscam se livrar do aluguel ou sair da casa dos pais. Acostumados com o modo de vida das periferias muitas vezes preferem continuar morando em casas a mudar-se para apartamentos. Como observou Caldeira (2000), a mudança para um apartamento significa, para esse tipo de consumidor, certa perda de liberdade e até mesmo de qualidade de vida. Nesse sentido, concordando com Bourdieu, observa-se que, se por um lado, as divisões (ou hierarquias) do espaço social se manifestam através de oposições espaciais, por outro, o espaço físico fixa a estratificação social. Essa “inércia das estruturas do espaço social” resultaria do fato dessas estruturas, ao estarem inscritas no espaço físico, não poderem ser modificadas senão ao preço de um “trabalho de transplantação, de uma mudança das coisas e de um desenraizamento ou de uma deportação de

peças, as quais suporiam transformações sociais extremamente difíceis e custosas” (BOURDIEU, 1998, p.161).¹⁸

A compreensão de que o espaço social se retraduz no espaço físico, assim como da inércia existente dialeticamente entre ambos, ajuda a compreender porque as periferias, embora consolidadas urbanisticamente e com razoável mercado de bens e serviços, não deixam de ser reconhecidas como periferias. Afinal, o espaço é um dos lugares onde o poder se exerce.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises de dados sócio-ocupacionais, demográficos e econômicos dos espaços metropolitanos, no início do século XXI, apontam para uma crescente heterogeneidade das periferias. Nessas análises, a categoria periferia consolidada tem sido utilizada como um conceito operativo para diferenciar certas porções do território metropolitano em relação a outras com melhores ou piores condições.

Buscou-se sugerir, neste artigo, a partir da perspectiva relacional de Bourdieu, que esse processo de consolidação das periferias deve ser analisado por meio de sua dimensão urbanística, enfatizada nas análises estruturalistas centradas no preço da terra, mas também por meio de sua dimensão social. Esta última, segundo as análises aqui apresentadas de Bourdieu, é determinada pela condição e posição ocupada pelos agentes que habitam esses territórios em relação aos outros.

Nessa perspectiva, o destino das velhas periferias pode ser visto como em constante disputa, na qual periferia consolidada e consumidor emergente surgem como representações articuladas, que contribuem reciprocamente para a definição de uma sociedade e de um território em movimento.

18 Cabe aqui um interessante paralelo com o argumento de Milton Santos sobre a inércia também do espaço físico, das formas. Para ele, “qualquer que seja o instante em que as examinemos, as formas, tomadas isoladamente, representam uma acumulação de tempos; e sua compreensão, desse ponto de vista, depende do entendimento do que foram as divisões do trabalho pretéritas. Mas seu valor sistêmico, que é seu valor atual e real, depende da divisão do trabalho atual. [...] A cada mudança, da dinâmica social, as formas que vêm do passado, preexistentes, são mais ou menos favoráveis, ou mesmo desfavoráveis à recepção das novas variáveis”. Dessa maneira, explora de que maneira o espaço físico pode oferecer limitações e possibilidades de transformação do espaço social. Cf. SANTOS, M. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Edusp, 2005, p. 63.

17 Entrevista realizada em fevereiro de 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. “Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força do trabalho”. In: MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979b.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. Efeitos de Lugar. In: _____. (Coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CARDOSO, Adauto L. *et al.* *Habitação social na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Coleção *Habitare: Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras*, 2007.
- CASTRO, Carolina M. P. de. “A explosão do autofinanciamento de moradia em São Paulo nos anos 90 e as cooperativas habitacionais”. In: 9º ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2001, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2001.
- LAGO, Luciana C. do. *Estruturação urbana e mobilidade espacial: alterações no quadro de desigualdades socioespaciais na Metrópole do Rio de Janeiro*. Disponível em: <<http://www.abep.org.br>>. Acesso em 29 de abril de 2007.
- O’DOUGHERTY, M. “Autorretratos da classe média: hierarquias de “cultura” e consumo em São Paulo”. *Revista Dados*, v. 41, n. 2, p. 411-444, 1998.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista e o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- RIBEIRO, Luiz C. de Q. “Segregação, desigualdade e habitação: a metrópole do Rio de Janeiro”. In: 9º ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2001, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2001.
- ROLNIK, Raquel (Coord.). *Reestruturação urbana da metrópole paulistana: análise de territórios em transição*. São Paulo, PUCCAMP/Instituto Pólis, 2000 (mimeo).
- SINGER, Paul. “O uso do solo urbano na economia capitalista”. In: MARICATO, E. (Org.) *A Produção Capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- TORRES, Haroldo. *A fronteira paulistana*. In: Marques, E.; Torres, H. (Org.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade*. São Paulo: Editora Senac, 2005.
- TORRES, Haroldo G.; BICHIR, Renata M.; CARPIM, Thais P. “Uma pobreza diferente?” *Novos Estudos Cebrap*, v. 74, p. 17-24, 2006. ■

Arcénio Francisco Cuco e Felipe Antunez Martins

Criminologia Cultural (re)pensando o delito, a criminalização e a cultura sob a nova ótica criminológica

Resumo

O presente texto objetiva traçar uma ideia sobre os contornos do crime, criminalização e cultura, tendo como base as novas tendências criminológicas. A análise é feita dentro da perspectiva da Criminologia Cultural, defendida a partir dos seus principais mentores Keith Hayward, Jeff Ferrell e Jock Young. Segundo os seus mentores, a Criminologia Cultural é controversa e disposta a jogar com os parâmetros da disciplina e desafiar a sério as convenções da criminologia ortodoxa. Nós nos propomos, também a entrar nesta controvérsia com intuito de procurar trazer argumentos que nos possam ajudar a explicar as questões que constituem a nossa discussão (crime, criminalização, cultura).

Palavras-chave: Criminologia cultural; Crime; Criminalização; Cultura.

Abstract

This paper aims to outline an idea of the contours of crime, criminalization, culture, that are presented, currently, by the new criminological trends. The itinerary that follows the analysis is defined by its founders Keith Hayward, Jeff Ferrell and Jock Young. As well they say, Cultural Criminology is controversial and will to play with the parameters of the discipline and seriously challenge the conventions of orthodox criminology. We also propose to enter into this controversy in order to bring arguments which could help us explaining the issues that compose our object of debate (crime, criminalization, culture).

Keywords: Cultural criminology; Crime; Criminalization; Culture.

Arcénio Francisco Cuco

é mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Integrante do Grupo de Pesquisa Direito à Verdade e à Memória e Justiça de Transição. Integrante do Grupo de Pesquisa em Criminologia (GEPCRIM).

Felipe Antunez Martins

é advogado, bacharel em Direito pela Universidade Católica de Pelotas. Especialista em Ciências Penais. Mestrando em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Integrante do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal (GPESC).

felipeantunezmartins@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO¹

Os sistemas de controle de crime vêm sendo acentuados ao longo das últimas décadas. Mas não é menos verdade que as regras que são criadas para regular as relações sociais continuam a ser quebradas não cabendo mais as explicações do crime a partir de noções de oportunidades ou falta de controles ou ainda da motivação instrumental defendido por David Garland². Sendo assim, novas propostas criminológicas (como a Criminologia Cultural) nascem para tentar explicar o crime fora dos contornos anteriormente referidos.

Como Jock Young afirma, “a Criminologia Cultural revela quase exatamente o oposto da vida do crime mundano, enfatizando a natureza sensual do crime, o ímpeto de adrenalina de se correr riscos – a voluntária assunção de risco ilícito e a dialética do medo e prazer³”. Quer dizer, regras são transgredidas porque elas estão postas, o risco é um desafio e não um dissuasivo e o firme crescimento no controle e a assustadora criminalização da vida cotidiana provocam transgressão em vez de conformidade.

Algumas pesquisas feitas por criminólogos mostram que criminosos, com frequência, aceitam o perigo e os altos riscos que acompanham suas ações. Sendo que, “ao invés de evitar esses riscos, ou vê-los como uma infeliz consequência de seus atos, eles passam a desfrutá-los, a ponto de, regularmente, afirmarem estar viciados em experiências perigosas, ou na adrenalina do crime.”⁴

O presente texto objetiva traçar uma ideia sobre os contornos do crime, criminalização e cultura, tendo como base as novas tendências criminológicas. É

1 A primeira versão do artigo foi publicada em Anais do IV Congresso Internacional de Ciências Criminais - Criminologia e Ciências Jurídicas Contemporâneas: XIII Congresso Transdisciplinar de Ciências Criminais – ITEC – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) – 2013.

2 Katz, por exemplo, afirma que, em muitos casos, os indivíduos são seduzidos pelas possibilidades existenciais oferecidas por atos criminosos – pelo prazer de transgressão. Esses grupos que normalmente caracterizam-se por serem economicamente e socialmente desfavorecidos não obedecem a essa regra, pois alguns grupos são econômica e socialmente bem estabelecidos. HAYWARD, Keith. *City Limits: Crime, Consumer Culture and the Urban Experience*. London Cavendish, 2004, p. 151. Também há que destacar que outros aspectos importantes podem ser incorporados na análise, tais como a mídia, a linguagem, simbolismo e estilo.

3 YOUNG, Jock. “Merton com energia, Katz com estrutura: a sociologia do revanchismo e a criminologia de transgressão”. In Revista Brasileira de Ciências Criminais, ano 18, n. 87, nov. – dez./2010, p. 347.

4 ROCHA, Álvaro Filipe Oxley da. “Crime, violência e segurança pública como produtos culturais: inovando o debate”. In Revista dos Tribunais, RT917, mar. 2012, p. 282.

preciso referir desde já que a análise é feita dentro da perspectiva da Criminologia Cultural, daí ser fundamental, logo a priori, trazer a sua noção partindo-se da visão dos seus principais mentores. Aliás, Keith Hayward⁵ afirma que a Criminologia Cultural é controversa e disposta a jogar com os parâmetros da disciplina e desafiar a sério as convenções da criminologia ortodoxa⁶ e nós nos propomos também a entrar nessa controversa com intuito de procurar trazer argumentos que nos possam ajudar a explicar as questões que constituem a nossa discussão.

CRIMINOLOGIA CULTURAL

A Criminologia Cultural é desenvolvida inicialmente por Jeff Ferrell e Clinton Sanders, mas também se podem encontrar algumas referências anteriores nas escolas sociológicas e criminológicas com maior ênfase para a “nova criminologia” dos anos 1970, particularmente, na Escola de Estudos Culturais de Birmingham⁷. Ainda se pode referir aos clássicos da Sociologia, em especial aos trabalhos de Karl Marx, Émile Durkheim, Talcott Parsons e Robert Merton e também à Antropologia Social e à Sociologia Urbana de Jonathan Raban e Michel de Certeau como tendo desempenhado algum papel para que Jeff Ferrell sugerisse a Criminologia Cultural como “uma matriz emergente”, preocupada com representações, imagens e significados do crime.⁸

Para Ferrell, a Criminologia Cultural explora as diversas formas em que a dinâmica cultural se entrelaça com as práticas do crime e controle da criminalidade na sociedade contemporânea.⁹ É possível dizer-se, por isso, que a Criminologia Cultural enfatiza a centralidade do significado e representação na construção do crime como um acontecimento momentâneo, esforço subcultural e questão social. Com este sentido, a Criminologia Cultural tenta quebrar as visões da Criminologia tradicional sobre o crime e as causas do crime para incluir imagens de

5 Um dos mentores da criminologia cultural.

6 Jock Young chama a esta Criminologia neoliberal com pretensões tão limitadas como aquelas que representam a sociedade como apenas cimentada por relações contratuais de mercado. YOUNG, Jock. “Merton com energia, Katz com estrutura: a sociologia do revanchismo e a criminologia de transgressão”. op. cit. p. 348.

7 ROCHA, Álvaro Filipe Oxley da. “Crime, violência e segurança pública como produtos culturais: inovando o debate”. Revista dos Tribunais, RT 917, mar. 2012, p. 275.

8 Ibidem.

9 FERRELL, Jeff. *Blackwell Encyclopedia of Sociology*; disponível em: <http://blogs.kent.ac.uk/culturalcriminology/files/2011/03/cult-crim-blackwell-ency-soc.pdf>. Acesso em 4 nov. 2012.

comportamento ilícito e representação simbólica da aplicação da lei, construção da cultura popular do crime e da ação penal e as emoções compartilhadas que animam acontecimentos criminais, percepção de ameaça criminal e os esforços públicos no controle da criminalidade. Trata-se de um foco que permite que os criminólogos percebam o crime como uma ação humana significativa, permitindo também que penetrem profundamente na política de controle da criminalidade.

Hayward define Criminologia Cultural como uma abordagem teórica, metodológica e intervencionista para o estudo do crime, que coloca a criminalidade e o seu controle no contexto da cultura, ou seja, ela vê o crime e as agências e instituições de controle da criminalidade como produtos culturais – como construções criativas e, como tal, devendo ser entendido em termos dos significados que carregam.¹⁰ Para além desses aspectos, Hayward afirma que a Criminologia Cultural procura destacar a interação entre dois elementos-chave: a relação entre construções ascendentes e construções descendentes. Sendo assim, o seu foco se assenta na geração contínua de significado em torno da interação, concretamente no concernente às regras criadas e às regras quebradas da interação constante de empreendedorismo, inovação moral política e transgressão.

Ferrell (1995) afirma que Sutherland e a Escola de Chicago já sabiam desde a metade do século passado, mediante inúmeros estudos de casos realizados na altura, que subculturas criminais incorporam muito mais do que simples proximidade de associação de pessoas. Nesse sentido, importa salientar o trabalho realizado por Donald R. Taft (1942), professor de Sociologia na Universidade de Illinois que fez um importante estudo sobre a criminalidade na sociedade americana, no qual analisou o crime como produto cultural.

Nesse estudo, o autor tenta entender o crime a partir da cultura norte-americana, afastando-se, dessa forma, da explicação do crime segundo traços de personalidade anormal ou situação social anormal, pois, para ele, nesses dois casos, o crime é pensado como algo incomum, explicável em termos de características pessoais ou experiências de vida um tanto diferente daqueles que produzem padrões de comportamento aprovados.¹¹

O autor apercebeu-se de que algumas práticas cri-

minais nos Estados Unidos eram produto da própria cultura americana. Constatou, por exemplo, que:

- A onda crescente de índices de criminalidade praticado por negros tinha como razão (não raramente) a prevalência de atitudes raciais que negavam o status social do negro;
- As falhas econômicas eram grande fonte de sentimento de inferioridade e ressentimento que levavam os indivíduos ao crime, isso como resultado da natureza competitiva do sistema econômico americano;
- O crime estava centrado em certos tipos de áreas de inadimplência das grandes cidades, sendo essas áreas produto do crescimento normal da indústria dessas mesmas cidades;
- O submundo do crime (*criminal underworld gang*) depende do considerado mundo superior (*upperworld*) de padrões considerados normais e alguns dos seus valores refletiam os valores aprovados no grupo social normal;
- Havia prevalência de crimes de colarinho branco e de exploração de natureza graves não definidos como crime.

Nesse sentido, Donald R. Taft concluiu que cada cultura tem uma relação peculiar com o crime. Algumas culturas podem produzir mais crime do que outras. Nessa abordagem, o autor sublinha o seguinte:

Os nossos valores criminogênicos podem ser valorizados positivamente por muitos de nós, apesar de seus efeitos sobre o crime. A maioria dos leitores provavelmente prefere a cultura americana à cultura nazi e, ainda, a cultura nazista pode, muito bem, ter produzido menos técnicas de prática de crimes do que a cultura americana.¹²

Para Taft uma cultura normal não pode produzir crime anormal e, por isso, todas as pessoas deveriam ser consideradas criminosas e o crime em si ser tratado como normal. Duas observações são apresentadas pelo autor: a primeira é que o normal pode produzir o anormal se os valores, na cultura geral, resultarem em distintas experiências de um indivíduo para outro. Por exemplo, americanos valorizam a competição e o individualismo. Essas questões implicam experiências diferentes porque alguns podem obter sucessos e outros, falhas. Sendo assim, as falhas vão ajudar a explicar o crime.

A segunda observação aponta para a originalidade de alguns tipos de crime. A originalidade de alguns tipos de crimes tem sido exagerada e sua semelhança com a exploração não criminosas muito pouco reconhecida. Comportamentos aproximados do crime

10 HAYWARD, Keith. *Cultural Criminology*, disponível em: <http://blogs.kent.ac.uk/culturalcriminology/files/2011/03/youth-justice-dictionary.pdf>. Acesso em 4 nov. 2012.

11 TAFT, Donald R. "Crime as a Product of the General Culture". In *Criminology: A cultural interpretation*. The MacMillan Company, New York, 1942, p. 226.

12 Ibidem.

são muito difundidos. Por exemplo, alguns tipos e grau de exploração dos companheiros são, presumivelmente, um padrão de comportamento da maioria nos Estados Unidos. Por isso, não é ilógico traçar o comportamento criminal a partir da cultura geral e isso não vai implicar que todos sejam criminosos ou igualmente exploradores.

O que se pode observar aqui é que todas estas questões que o autor elencou constituem ou corporizam, hoje em dia, o debate da Criminologia Cultural, que segundo Hayward “tenta reorientar a criminologia para as mudanças sociais e culturais contemporâneas”,¹³ fundindo a fenomenologia das transgressões contemporâneas com análises sociológicas da cultura da modernidade tardia.

CRIME COMO CULTURA

O comportamento criminal é tido, na maioria das vezes, como um comportamento subnatural. Os criminólogos reconheceram a partir da Criminologia interacionista da Escola de Chicago e de Edwin Sutherland, das teorias subculturais de Cohen, Cloward e Ohlin, que as ações e identidades marcadamente criminosas, normalmente são geradas dentro dos limites de subculturas desviantes e criminais¹⁴. Ferrell e Sanders afirmam que:

Muito do que consideramos ser crime é um comportamento, essencialmente, coletivo – se realizado por uma pessoa ou mais, determinados atos criminais, muitas vezes, são organizados dentro e instigados por grupos subculturais. Embora os limites possam permanecer mal definidos e os membros possam variar em número e nível de compromisso, estas culturas constituem definitivas associações humanas para aqueles que nelas participam.¹⁵

Os autores sublinham que falar de subcultura criminal é reconhecer não apenas uma associação de pessoas, mas uma rede de símbolos, significados e conhecimentos. Os membros de uma subcultura criminal aprendem e negociam motivos, unidade, racionalizações e atitudes, elaboram convenções de linguagem, aparências e formas de se identificarem entre eles. A participação de maior ou menor grau, em uma subcultura, cria uma forma coletiva de vida. Por sua vez, estas subculturas moldam a forma como

seus membros devem se entender e se valorizar. Uma íntima participação na forma de vida coletiva demonstra e exhibe, para o membro e para os outros, os atributos pessoais que o tornam digno de pertencer e ser aceito pelo grupo e, potencialmente, tornando-se importante.

Importa salientar que grande parte desses significados subculturais (ação, identidade e status) são organizados em torno de estilo – que significa estética compartilhada pelos membros da subcultura.

A pesquisa de Katz, por exemplo, relacionou os atos criminosos à estética, examinando estilos e significados simbólicos que emergem na dinâmica cotidiana de acontecimentos criminais e subcultura criminais¹⁶. Ao atentar aos óculos escuros e camisetas brancas, aos estilos precisos de andar e falar e outras formas de identidade criminal, esboçou a “cultura alternativa desviante”, o “desviante coerente estético”, integrada por membros de gangues de jovens e outros. Nestes casos, tal como em outras formas de crime, dentro e fora da rua, o significado da criminalidade está ancorado no estilo das práticas coletivas.

O ensaio de Katz demonstrou que motociclistas (geralmente de motocicletas velhas ou reconstituídas), roupas esportivas e tatuagens dos membros das gangues, imagens de grafiteiros misteriosos e músicas dos *skinhead* constituem materiais culturais e subculturais essenciais dentro dos quais projetos criminais e identidades criminais são construídos e exibidos. Sendo assim, a participação em uma subcultura criminal ou na “cultura do crime” vai significar a participação no simbolismo e no estilo do ambiente estético coletivo da criminalidade.¹⁷

Outro ensaio de Katz, realizado com outro grupo de criminólogos sobre a tradição cultural britânica, mostrou que o simbolismo e a forma de estilo não são apenas subculturas criminais mas também relações sociais mais amplas e legais em que essas subculturas são apreendidas.

Para Ferrell e Sanders, estes ensaios demonstram que ambas subculturas criminais e seus estilos crescem fora da classe, idade, sexo e desigualdades étnicas, e reproduzem-se e resistem a essas falhas sociais.

16 FERRELL, Jeff; SANDERS, Clinton R. *Culture*, op cit, p.5.

17 Aqui, há que destacar a obra de Jeff Ferrell, *Crimes of Styles* na qual ele faz um relato da sua experiência de inserção em gangues de grafiteiros de Denver, Colorado (EUA). Nele apresenta os grafiteiros não como vândalos, antissociais ou inconscientes, mas sim como indivíduos de estilo criativo, que aceitam se arriscar a sofrer sanções legais a fim de expressar sua individualidade artística. ROCHA, Álvaro Filipe Oxley da. “Crime, violência e segurança pública como produtos culturais: inovando o debate”. Revista dos Tribunais, RT 917, mar. 2012, p. 277.

13 HAYWARD, Keith. Open the lens: *Cultural Criminology and the image*; op cit, p.3.

14 FERRELL, Jeff; SANDERS, Clinton R. “Culture, crime, and criminology”. In: *Cultural Criminology*. Northeastern University Press USA, 1995, p.4

15 Ibidem.

Por isso, os guardiões do status quo moral, regularmente concentram seus esforços no controle social e jurídico sobre os símbolos coesos adotados e difundidos por membros jovens – insubordinados a “gostos públicos”. E, enquanto isso, a criminalização desse estilo de grupo pode, na essência, constituir uma tentativa para acabar com os grupos dissidentes e seus atos, negando a exibição de símbolos de adesão e a “consequência irônica dessa criminalização é muitas vezes a ampliação do poder desses símbolos de estilo, e, por sua vez, maior compromisso entre os membros do grupo que os criaram”.¹⁸

Outro aspecto interessante que os autores apontam é que “para compreender a realidade do crime e da criminalização” a Criminologia Cultural deve levar “em conta não só a dinâmica das subculturas criminais mas também a dinâmica dos meios de comunicação de massa”.¹⁹ Os autores afirmam que tanto as práticas coletivas cotidianas de criminalidade quanto a criminalização da vida cotidiana pelas poderosas empresas culturais devem ser estudadas como tais e, sendo este o caso, a pesquisa eficaz e análise criminológica devem incorporar o entendimento dos meios de comunicação de massa, a linguagem, simbolismo e estilo, ou seja, uma apreciação dos processos culturais e dinâmicas subculturais. Em termos mais simples podemos dizer que para fazer com que o estudo do crime e criminalização tenha sentido, deve-se prestar atenção à cultura.

CULTURA COMO CRIME

Ferrell e Sanders afirmam que da mesma forma que o crime e a criminalização operam como empresas culturais, todos os dias empresas de culturas populares (atividades sociais organizadas em torno da arte, música e moda) são regularmente reformuladas como crime.²⁰ Em alguns casos, os produtores de arte ou música criam controvérsia para atizar o consumo dos seus produtos culturais; em outros casos, os grupos de extrema-direita, fundamentalistas religiosos e outros promovem esses conflitos culturais como parte das suas agendas teo-políticas. Estes dois aspectos entrelaçam-se num dinâmico relacionamento irônico e simbiótico de mútua amplificação.

Nessa análise vamos nos concentrar naqueles casos em que tais conflitos não só criam controvérsias mas também reconstróem a produção cultural, dis-

tribuição e consumo criminal e criminogênico, em particular na música, arte, campanhas de criminalização e mídia, aspectos que dominaram as reflexões de Ferrell e Sanders.

O surgimento da música *punk* na Grã-Bretanha durante os anos 1970, por exemplo, incorporou a controvérsia e a criminalização. A mídia britânica condenou de forma veemente o movimento *punk*, chamando-o de uma violenta ameaça à sociedade britânica. Políticos britânicos aliados a empresários moralistas juntaram-se à crítica generalizada da mídia, classificando o movimento como uma ameaça a ordem civil e a moralidade.

Atualmente, outra controvérsia inspirada na experiência do *punk* britânico ocorreu na música popular dos Estados Unidos. Durante os princípios dos anos 1990, por exemplo, o governador da Flórida pediu ao Ministério Público para indiciar o grupo de *rap* negro 2 Live Crew sob a acusação de extorsão. Porque essa tentativa falhou, um xerife local levou a banda ao tribunal civil sob acusação de obscenidade. Enviou seus delegados e outros agentes disfarçados em lojas de discos, e, finalmente, prendeu o produtor e proprietário do estúdio do grupo, também sob acusação de obscenidade. E, em vários outros estados norte-americanos, inúmeras atividades foram levadas a cabo pelas autoridades com vista ao desmantelamento do movimento *rap*.

Se o “baixo” mundo das culturas *punk* e *rap* não escapou à criminalização, o mesmo se pode dizer em relação à “alta cultura”, em particular nos escalões da galeria de arte e museu. Em 1990, a polícia de São Francisco e o FBI invadiu o estúdio de Jock Sturges, fotógrafo cujos trabalhos pairam no Museu Metropolitano de Arte, Museu de Arte Moderna, e de outras galerias e museus aclamados. A polícia prendeu também o sócio de Sturges, Joe Semien, a quem interrogou por dois dias antes de sua liberação. Com base em uma série de fotos casuais que Sturges havia tirado com amigos em uma praia de nudismo, na França, os promotores federais acusaram os dois homens de envolvimento com pornografia infantil.

Ferrell e Sanders²¹ referem-se ao *punk*, ao *rap* e à fotografia de arte, para exemplificar casos que incorporam não só a criminalização da cultura popular, mas também das políticas de cultura e dinâmica dos meios de comunicação de massa. A criminalização da cultura popular é ao mesmo tempo um ataque politizado em determinados meios de comunicação, como a música popular é em si uma forma de mídia. Aqueles que, por exemplo, trabalham publicamente para criminalizar a vida dos usuários de drogas,

18 FERRELL, Jeff; SANDERS, Clinton R. *Culture*, op cit, p. 6.

19 Ibidem.

20 Segundo os autores, o mundo das artes e moda vê-se envolvido em controvérsia sobre o “bom gosto”, a decência e as alegadas influências da cultura popular. FERRELL, Jeff; SANDERS, Clinton R. *Culture*. op cit, p. 7.

21 FERRELL, Jeff; SANDERS, Clinton R. *Cultural Criminology*, op cit, p. 9 e 10.

*zoot suiters*²², ciclistas, e outros membros de grupos de insubordinados; os que fazem campanha para criminalizar o mundo da música e da arte, fazem-no através da mobilização de poderosos recursos culturais na construção da moralidade, sendo a mídia a maior propagadora dessas campanhas.

Para os autores, nessa redefinição do contexto cultural, a música popular torna-se obscena e catalisadora de atos de desobediência da juventude e decadência social; a arte visual é transformada em crime contra a decência social. As campanhas de criminalização incorporam não só a dinâmica da mídia mas também “as políticas reacionárias de controle cultural e da criminalização da cultura popular, ao mesmo tempo, essas políticas promovem as agendas morais e carreiras políticas de quem as desenha”.

Na verdade, o que se tenta fazer com esses modelos crimogênicos construídos sobre arte e música como núcleo desse pânico moral²³ é desviar a atenção da discussão dos grandes e complexos problemas políticos, como a desigualdade econômica e étnica e da alienação da população jovem e trabalhadores criativos de instituições de confinamento. Essa ideia

22 É um movimento que surgiu na década de 1930 nos EUA. Jovens negros e hispano-americanos do Harlem e de Los Angeles não sentiam que a Segunda Guerra Mundial dizia respeito à realidade em que eles viviam. Nessa época, o preconceito era muito maior e, conseqüentemente, a marginalização também. Nesse contexto criou-se um estilo pouco patriótico que se valia de uma grande quantidade de tecido, indo contra as regras de racionamento impostas pela Alemanha nazista aos Estados Unidos e à Europa. As jaquetas iam até os joelhos, os ombros eram enormes, as calças super largas tinham pregas e a cintura ia quase até o peito. Era tudo o que as regulamentações contra o uso excessivo de tecido diziam para não fazer. Para combinar com o exagero das roupas, usavam sapatos pontudos, longas gravatas, correntes penduradas e chapéus bem grandes. O estilo era considerado tão ofensivo que constantemente os *zoot suiters* eram espancados por policiais, que os consideravam cidadãos fora da lei e subversivos. BOTELHO, Aline. Subcultura dos anos 30 e 40: *zoot-suits*. mai. 2010; disponível em: <http://duodeluxo.wordpress.com/2010/05/12/subcultura-dos-anos-30-e-40-zoot-suits/>. Acesso em 15 nov. 2012.

23 O pânico moral é um termo que tem sido amplamente adotado tanto pelos meios de comunicação quanto usado cotidianamente para se referir à reação social exagerada causada pelas atividades de grupos particulares, e/ou indivíduos. Tais atividades são, invariavelmente, vistas como principais preocupações sociais, e a reação da mídia levou a ampliação e alargamento do “pânico” em torno deles. Os trabalhos iniciais sobre o “pânico moral” foram feitos por Stan Cohen nos anos 1970 e atualmente pelo Jock Young nos seus estudos sobre usuários de droga. Em outros estudos sobre o “pânico moral” (incluindo do Young), o termo significa “transformação de fantasias em realidade”. MARSH, Ian and MELVILLE, Gaynor; *Moral Panics and the British Media – A Look at Some Contemporary ‘Folk Devils’*, Internet Journal of Criminology, 2011. Disponível em: http://www.internetjournalofcriminology.com/Marsh_Melville_Moral_Panics_and_the_British_Media_March_2011.pdf. Acesso em 10 dez. 2012.

de associar a arte e a música ao crime dá uma falsa e demagógica esperança ao público em geral que a insubordinação pode ser banida sem precisar de reformulação das estruturas de autoridade, quando pelo contrário dá origem a ambos (por um lado, à insubordinação e, por outro, aos empresários moralistas que desejam suprimir a insubordinação).

É evidente também que a construção de pânico moral em torno da expressão simbólica traduz-se numa vantagem para os principais líderes políticos e morais. Eles veem no pânico moral uma grande chance para a criação de medidas apressadas como remédio para a solução das causas da criminalidade contemporânea e declínio moral e para mostrar sua preocupação com o bem-estar da sociedade. Sendo assim, as campanhas de criminalização terão como alvos minorias étnicas, gays, lésbicas, jovens e outros grupos considerado *outsiders*. No dizer de Ferrell e Sanders:

“Não é por acaso que, historicamente, os usuários de maconha, os *zoot suiters* negros e latino-americanos e outras gangues e grupos de ciclistas nos Estados Unidos e Grã-Bretanha têm sido o foco de altas campanhas de criminalização; e não é por acaso que, entre todas as variedades de produção artística e musical contemporânea, bandas de *punk* radicais, grupos de *rap* negro, gays e grafiteiros sejam os que mais agressivamente são retratados como criminosos²⁴.”

Isso se explica porque, em todos os casos dos grupos apontados, os estilos audaciosos em que celebram ou confrontam a sua marginalidade ameaçam os moralistas assim como as agências de controle do crime.

A conclusão a que se pode chegar é a de que tanto a produção coletiva da arte e música quanto as respostas midiáticas das autoridades legais e morais incorporam políticas contínuas de crime, criminalização e controle do crime. Isso exige pesquisas em arte, música e cultura que incorporem análise crítica das campanhas de criminalização, procedimentos legais e teorias criminológicas. Quer dizer, ao estudarmos a cultura, temos que prestar atenção aos aspectos ligados ao crime e à criminalização.

COLISÕES ENTRE A CULTURA E O CRIME: CAMINHO PARA A CRIMINOLOGIA CULTURAL

Nos dois anteriores pontos, Ferrell e Sanders analisaram três grandes categorias de experiência social e cultural: identidades criminais e eventos que incor-

24 FERRELL, Jeff; SANDERS, Clinton R. *Cultural Criminology*. op cit, p. 10 e 11.

poram dimensões do significado cultural e estilos, mundo artístico e musical dentro da dinâmica do crime e da criminalização e os processos midiáticos pelos quais tanto o mundo subcultural e o mundo da cultura popular são criminalizados.

Nessa parte interessa aos autores estabelecer fronteiras entre estas três categorias, objetivando entender se as manifestações nelas incorporadas são culturais ou criminais, se pode-se considerar que há sempre uma confusão e ambiguidade para entender se uma determinada manifestação é cultural ou criminal. O exemplo elucidativo dessa ambiguidade é: Como compreender melhor os músicos *rap*, *punk* e outros grupos considerados *outsiders*? Como criminosos ou como promotores de obscenidade ou ainda promotores de uma cultura marcam uma determinada geração? Estas ambiguidades também são evidentes quando a intenção é estabelecer fronteiras entre a cultura e o crime e mais difícil ainda quando há que se considerar o poder e prestígio dos envolvidos.

Estas ambiguidades, segundo Ferrell e Sanders, só podem ser explicadas por uma criminologia crítica cultural. Embora estejam convencidos de que esta criminologia ainda irá confundir as categorias de “cultura” e crime, para eles, o mais importante é que ela vai, ao mesmo tempo, começar a esboçar um modelo para dar sentido a essa confusão.

Existem inúmeros ensaios nesse sentido, alguns que se preocupam em analisar as empresas da mídia, a midiática do crime, as experiências cotidianas e a percepção das conexões do crime com a mídia; outros que exploram estilos particulares de crime que surgem dentro de subculturas criminalizadas e a interação desses estilos com a percepção coletiva da criminalização, do controle social e criminal.²⁵ Hoje em dia, a Criminologia Cultural também preocupa-se em estudar os crimes violentos e violência estatal, os crimes que ocorrem na guerra (por ambos os lados), no terrorismo e em sua resposta e no desenvol-

vimento e implementação de genocídios.

Em *City limits: crime, consumer culture and urban experience* Keith Hayward²⁶ estabelece uma conexão entre a lógica da cultura de consumo e certas práticas de crime na cidade. Ele mostra no livro que é possível compreender a transgressão e o crime a partir do estudo do impacto da cultura de consumo e das experiências vividas nos grandes centros, entrelaçando esse fato ao conhecimento espacial da cidade. Jeff Ferrell, seguindo a mesma senda do Hayward, em *Tédio, crime e criminologia: um convite à criminologia cultural*,²⁷ observou que nas condições desumanizadoras do modernismo, o tédio havia se tornado parte da experiência da vida cotidiana e que o tédio coletivo produz não apenas momentos ilícitos de excitação mas também irrupção da rebelião política e cultural.

Esses ensaios aqui referenciados começaram a mostrar muitos espaços do envolvimento da cultura e crime na vida contemporânea. Eles também mostram o envolvimento da sociedade nessa interação. Tanto os membros das gangues de rua atrás mencionados quanto as autoridades judiciais, mídia e os consumidores interagem dentro das interseções ambíguas de produção simbólica do significado situado da criminalidade e que ao fazê-lo, estes atores sociais, experimentam a cultura e o crime como resultado de processos emergentes dentro da dinâmica da vida cotidiana. É dentro da dualidade cultura/crime ou crime/cultura que os criminólogos e sociólogos devem orientar as suas pesquisas para examinar as diversas formas em que a cultura e o crime não só colidem entre si, mas também produzem um ao outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Criminologia Cultural explora as diversas formas em que a dinâmica cultural se entrelaça com as práticas do crime e controle da criminalidade na sociedade contemporânea.

Ao incluir imagens de comportamento ilícito e representação simbólica da aplicação da lei, construção da cultura popular do crime e da ação penal e as emoções compartilhadas que animam acontecimentos criminais, percepção de ameaça criminal e os esforços públicos no controle da criminalidade, a Criminologia Cultural tenta quebrar as visões da Criminologia tradicional sobre o crime. Ela também

25 Por exemplo, a conspiração da mídia na construção de imagens politicamente úteis de controle da criminalidade; a reflexão e reprodução de imagens de crimes de maior destaque; apresentação de assassinos em série no cinema e sua ligação com os assassinos em série que preenchem as manchetes dos noticiários; descrição de assassinato e outros temas de crime encontrados em música e fundamentação desses temas em estruturas mais amplas da vida social e cultural; registro de imagens de vigilância que preenchem a mídia contemporânea; exploração das implicações dessas imagens na compreensão das novas formas de controle social e dos conflitos sociais. Podemos encontrar essas ideias em dois livros interessantes: FERRELL, Jeff; SANDERS, Clinton R. “Culture, crime, and criminology”. In: *Cultural Criminology*. Northeastern University Press USA, 1995 e HAYWARD, Keith. *PRESDEE*, Mike. *Framing. Crime: cultural criminology and the image*. London Glasshouse, 2010.

26 HAYWARD, Keith. *City limits: crime, consumer culture and the urban experience*. London Cavendish, 2004.

27 FERRELL, Jeff. “Crime e criminologia: um convite à criminologia cultural”. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, no18, Ano 18, jan. - fev. 2010.

deixa evidente que diferentes atores sociais interagem dentro das interseções ambíguas de produção simbólica, experimentando a cultura e o crime como resultado de processos emergentes dentro da dinâmica da vida cotidiana, sendo que pesquisas dentro do âmbito criminológico devem ser orientadas tendo em conta a dualidade – cultura/crime – para examinar as diversas formas em que a cultura e o crime não só colidem entre si mas também produzem um ao outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOTELHO, Aline. Subcultura dos anos 30 e 40: zoot-suits. mai. 2010. Disponível em: <http://duodeluxo.wordpress.com/2010/05/12/subcultura-dos-anos-30-e-40-zoot-suits/> Acesso em 15 nov.2012.
- ELBER, Carlos Alberto. Novo manual básico de criminologia. Livraria do Advogado Editora, Porto Alegre 2009.
- FERRELL, Jeff; SANDERS, Clinton R. “Culture, crime, and criminology”. In: Cultural Criminology. Northeastern University Press USA, 1995;
- FERRELL, Jeff. Crime e criminologia: um convite à criminologia cultural. Revista Brasileira de Ciências Criminais, no18, Ano 18, jan - fev. 2010.
- FERRELL, Jeff. Blackwell Encyclopedia of Sociology. Disponível em: <http://blogs.kent.ac.uk/culturalcriminology/files/2011/03/cult-crim-blackwell-ency-soc.pdf> Acesso em 4 nov. 2012.
- HAYWARD, Keith. City Limits: crime, consumer culture and the urban experience. London Cavendish, 2004
- HAYWARD, Keith. PRESDEE, Mike. Framing crime: cultural criminology and the image. London Glasshouse, 2010
- HAYWARD, Keith. “Open the lens: cultural criminology and the image”. In: Framing crime: cultural criminology and the image. London, Glasshouse, 2010.
- HAYWARD, Keith. Cultural criminology. Disponível em: <http://blogs.kent.ac.uk/culturalcriminology/files/2011/03/youth-justice-dictionary.pdf>. Acesso em 4 nov. 2012.
- GARLAND, David. “A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea”. Coleção Pensamentos Criminológicos; Instituto Carioca de Criminologia, Editora Revan, 2008.
- MARSH, Ian and MELVILLE, Gaynor. “Moral panics and the british media: a look at some contemporary ‘folk devils’”. Internet Journal of Criminology, 2011. Disponível em: http://www.internetjournalofcriminology.com/Marsh_Melville_Moral_Panics_and_the_British_Media_March_2011.pdf. Acesso em 10 dez. 2012.
- ROCHA, Álvaro Filipe Oxley da. “Crime, violência e segurança pública como produtos culturais: inovando o debate”. In: Revista dos Tribunais, RT917, mar. 2012, p. 282.
- SANTOS, Cleusa. “Liberalização dos serviços e apropriação do excedente: elementos para a crítica da mercantilização dos serviços da seguridade social. A eustão social e o serviço social”. In: Estudos de política e teoria social: políticas sociais e segurança pública. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Praia Vermelha, 14 & 15. Primeiro e Segundo Semestre de 2006. Disponível em www.ess.ufrj.br/index.php/revistapv/doc.../115-revistapv1415. Acesso em 12 dez.2012.
- TAFT, Donald R. “Crime as a product of the general culture”. In Criminology: a cultural interpretation. The MacMillan Company: New York, 1942, p. 226.
- TOMB, Steve. “State-corporate symbiosis in the production of crime and harm”. In: State crime: Journal of the Internacional State Crime Initiative, Volume 1, Number 2, Autumn, 2012.p. 180.
- YOUNG, Jock, “Merton com energia, Katz com estrutura: a sociologia do revanchismo e a criminologia de transgressão”. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, Ano 18, n. 87, nov. – dez. 2010, p. 347. ■

Débora Souto Allemand
Eduardo Rocha
Rafaela Barros de Pinho

Descobrimos “para-formalidades” controvérsias e mediações no espaço público

Resumo

O trabalho tem o objetivo de mapear a “para-formalidade” em centros de cidades latino-americanas, como Bagé, Salvador, Buenos Aires, Montevideu, Santiago do Chile, Santo Ângelo, La Plata, Pelotas e Brasília, a partir de cartografias urbanas, fazendo uso de recursos infográficos e sendo divulgado em tempo real por meio de *website*. As atividades consideradas “para-formais” são aquelas que se encontram no cruzamento do formal (formado) e do informal (em formação), são todas as atividades (comerciais, culturais, moradia etc.) encontradas no espaço público da cidade, que não fazem parte de seu desenho urbano (original), mas que “agora” - na contemporaneidade - fazem parte de seu cotidiano. São cenas urbanas, individualizadas por imagens fotográficas e anotações. O “para-formal”, no espaço público, gera controvérsias (disputas, opiniões diversas ou debates) em seu desenho urbano.

Palavras-chave: Para-formal; Cartografia urbana; Desenho urbano; Espaço público.

Abstract

This work aims to map para-formality in the downtown area of Latin American cities as Bagé, Salvador, Montevideo, Santiago de Chile, Santo Angelo, La Plata, Pelotas, Brasília, São Paulo and Jaguarão from urban cartography, making use of infographics and dissemination in real time via website. Activities considered to be para-formal are those that lie on the boundary between the formal - taken as formed, ready-made - and informal, as in “forming”, “under construction.” These are commercial, cultural, housing-related activities, among others, found in the public space of the city, which are not part of its first configuration, but nowadays become part of its everyday life. The para-formal in the public space generate controversies, disputes, different opinions and discussions, in the urban design.

Keywords: Para-formal; Urban cartography; Public space; Urban design.

Débora Souto Allemand

é arquiteta e urbanista, graduanda em dança / licenciatura UFPel e mestranda PROGRAU / UFPel.

deborallemand@hotmail.com

O QUE É “PARA-FORMAL”?

Claros, escuros e cinzas, como num filme *noir*, a cidade surge de várias maneiras aos nossos olhos. Uma mesma cidade possui várias identidades, as quais se apresentam como um enigma da esfinge. Ao visitante, ela mostra a face sedutora, que convida ao turismo e à descoberta, mas ao mesmo tempo pode apresentar um aspecto aterrador, uma entrada em um universo desconhecido no qual cada esquina representa um desafio a ser vencido, surpresas iminentes, como quando nos deparamos frente a uma “para-formalidade”.

Este escrito é fruto de projeto de pesquisa¹ que se dedicou entre os anos de 2011 e 2012 a experimentar essas “para-formalidades” nos territórios centrais de algumas cidades latino-americanas – Bagé, Salvador, Montevideú, Santiago do Chile, Santo Ângelo, La Plata, Pelotas, Brasília, São Paulo e Jaguarão (figura 1) –, e as mapeou a partir de cartografias urbanas², fazendo uso de recursos infográficos, divulgados em tempo real por meio de *website*³. A pesquisa voltou-se para os espaços não regulados, espaços anarquistas, nos quais se produzem atividades que tendem a subverter as leis da economia tradicional, do urbanismo e das relações humanas, que podem gerar mudanças importantes, tanto teóricas como práticas, na maneira de pensar e planejar a cidade.

A cidade contemporânea é um lugar de fronteira, de ruptura, uma cidade-troca, onde proliferam zonas abandonadas, baldias e, ao mesmo tempo, surgem novas culturas e subculturas, tais como as atividades “para-formais”, que são manifestações cotidianas da cidade.

1 A pesquisa do Grupo Cidade+Contemporaneidade (<http://contemporaneidade.wix.com/faurb>), do Laboratório de Urbanismo (LabUrb), teve financiamento do CNPq, a partir do edital Ciências Sociais. O grupo foi formado pelos seguintes pesquisadores: Eduardo Rocha (coordenador), Débora Souto Allemand, Cristiane dos Santos Nunes, Ivan Ribeiro Kuhlhoff, Laís Dellighausen Portela, Glauco Roberto Munsberg, Rafaela Barros de Pinho, Gustavo Nunes, Lorena Maia, Paola Silva Brum, entre outros. ROCHA, Eduardo; e outros. Relatório Final de Pesquisa CNPq. Os Lugares do Para-formal: marquises, abandonos e vazios no processo de planejamento urbano. Pelotas: UFPel, 2013. [não publicado].

2 A cartografia urbana é um método que se faz para cada caso, cada grupo, cada tempo e cada lugar. Podemos registrar essa cartografia urbana através de desenhos, fotografias, filmes, cadernos de campo, exercícios artísticos, sons, etc. - quaisquer formas de expressão que possibilitem avançar no exercício do pensar. A cartografia é um modo de ação sobre a realidade, um modo próximo a uma tática, um mapa que propõe o enfrentamento com o real, despojando-se com as mediações a partir de modelos preconcebidos (ROCHA, 2008).

3 A plataforma para-formal ainda encontra-se em fase de testes e pode ser acessada em: (<http://plataformaparaformal.com.br/>).

O espaço público das cidades na contemporaneidade não está definido e limitado pelos planos urbanísticos, em muitas ocasiões são os habitantes da cidade que decidem que espaço vai ser público e qual não vai ser; que espaço cumprirá uma função ou outra. É assim que surgem as atividades “para-formais”, nessas “zonas de ninguém”, zonas que passam a cumprir uma função diversa da original.

Assim, a pesquisa aproximou-se das áreas centrais de cidades, que são os lugares de diversidade e densificação de atividades “para-formais”. Encontra-se, nesses espaços, o “outro urbano”, aquele que escapa, resiste, vive e sobrevive no cotidiano dessa outra urbanidade, através de táticas de resistência e apropriação do espaço urbano, de forma anônima (ou não) e dissensual, radical. Esse “outro urbano” se explicita através da figura do morador de rua, ambulante, camelô, catador, prostituta, artistas, entre outros (figura 2).

“Para-formal” é uma palavra criada pelo grupo argentino GPA (2010),⁴ é um conceito de fronteira, que, ao contrário da oposição entre o formal e o informal – a partir de áreas do conhecimento como o urbanismo e a economia, que categorizam seus estudos e objetos em cidade/economia formal e informal –, busca experimentar a fresta ou o interstício entre categorias, que aqui denominamos como “cenas urbanas para-formais”. Um modelo de investigação “para-formal” que se apropria de categorias alternativas para explorar o “campo do meio”, a zona cinza, onde se desenvolve a verdadeira máquina da cidade. O “para-formal”, nesse sentido, é algo artificial e provisório, algo relativo à forma, mas que ao mesmo tempo não se configura como tal, é um lugar do cruzamento entre o formal (formado) e o informal (em formação), entre o previsível e o imprevisível.

Nessa pesquisa, as atividades consideradas “para-formais” foram aquelas que se encontraram no cruzamento do formal (formado) e do informal (em formação), todas as atividades (comerciais, culturais, moradia etc.) encontradas no espaço público da cidade, que não fazem parte de seu desenho urbano (original), mas que “agora” – na contemporaneidade⁵

4 O grupo Gris Público Americano (GPA) é um coletivo independente, formado por um grupo de arquitetos argentinos com sede em Buenos Aires, integrado por Mauricio Corbalán, Paola Salaberri, Pío Torroja, Adriana Vázquez, Daniel Wepfer e Norberto Nenninger [<https://www.facebook.com/grispublicoamericano.gpa>]. Propõe investigações que tem como ponto central as situações de controvérsias urbanas, polêmicas e/ou complexas.

5 “A contemporaneidade, portanto, é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, dele toma distâncias [...]” (AGANBEM, 2009, p. 59). AGANBEM, Giorgio.



Fonte: <http://www.guiageo-americas.com/mapas/americanos-politico.htm>.
Edição: Rafaela Barros de Pinho, 2013.

– fazem parte de seu cotidiano. São cenas urbanas, individualizadas por imagens fotográficas e anotações. O “para-formal” no cotidiano das cidades gera controvérsias (disputas, opiniões diversas ou debates) na sua relação cidade-corpo e corpo-cidade, às vezes veladas e dóceis, outras reveladas e desobedientes.

COMO CAPTURAR O “PARA-FORMAL” NAS CIDADES?

No decorrer do trabalho buscaram-se como objetivos: compreender e sistematizar as “para-formalidades” encontradas nos centros das cidades, com a intenção de dar visibilidade aos fenômenos urbanos da contemporaneidade; analisar a relação da cidade formal com suas “para-formalidades”; estabelecer variáveis que permitem ilustrar de maneira clara o espaço e o tempo como sentido básico de orientação, tudo isso através de elementos de leitura de planos e cartografias (imagens) e; errâncias urbanas⁶, como

Homo sacer: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

6 Segundo Paola Jacques: “Errar, ou seja, a prática da errância, pode ser um instrumento da experiência urbana, uma ferra-

forma de desvendar a cidade dentro da cidade.

Delimitaram-se, a partir desses objetivos, os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa referente às cidades estudadas; coleta de imagens exploratórias errantes em trechos de áreas centrais de cidades; identificação, análise e classificação dos equipamentos “para-formais” encontrados; intervenções urbanas a partir dos equipamentos “para-formais” existentes; organização de dados referentes à coleta de imagens e análise das atividades realizadas. Conforme os itens abaixo:

A. PESQUISA REFERENTE ÀS CIDADES ESTUDADAS:

Nesta etapa houve uma pesquisa relacionada a cada cidade em que foi feita a oficina (próximo passo), referente ao número de habitantes, à morfologia urba-

menta subjetiva e singular, ou seja, o contrário de um método ou de um diagnóstico tradicional. A errância urbana é uma apologia da experiência da cidade, que pode ser praticada por qualquer um, mas que o errante pratica de forma voluntária. O errante é então aquele que busca o estado de espírito (ou melhor, de corpo) errante, que experimenta a cidade através das errâncias, que se preocupa mais com as práticas, ações e percursos, do que com as representações, planificações ou projeções” (2006, p.6).

Figura 1: Mapa de localização das cidades onde ocorreu coleta de dados do “para-formal”.



Fonte: Débora Allemând, 2013.

Figura 2: “Para-formalidades”.

na, ao histórico da cidade e do território (área central das cidades) onde foram feitas as fotos. Pesquisou-se também sobre a teoria da imagem e da comunicação, pois a pesquisa baseia-se em fotografias. Todos estes dados foram sistematizados em um relatório da pesquisa.

B. COLETA DE IMAGENS EXPLORATÓRIAS ERRANTES EM TRECHOS DE ÁREAS CENTRAIS DE CIDADES:

O primeiro passo efetivo para o andamento da pesquisa foi a coleta das imagens. Essa coleta foi realizada a partir de oficinas (experimentos coletivos)⁷ ministradas para grupos diversos, formados por moradores e não moradores das cidades. As imagens e errâncias foram feitas sempre nos centros “comerciais” das cidades, tendo-se sempre um ponto de saída e um ponto de chegada, mas nunca um caminho determinado a seguir.

C. IDENTIFICAÇÃO, ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS “PARA-FORMAIS” ENCONTRADOS:

Esta etapa buscou identificar em cada fotografia feita durante os trajetos de errâncias os equipamentos “para-formais” presentes em cada cena registrada (bancas, cestos, caixas, bancos etc.) (figura 3). De-

7 O conceito de experimento coletivo segundo Bruno Latour em “Políticas da Natureza” (2004) é definido como o encarregado de reunir as múltiplas associações de humanos e não humanos sem segregação, uma espécie de “República das coisas”. Aos não humanos deveria ser dada a palavra, embora em poucos momentos o autor tenha explicitado como os não humanos podem “falar” sem passar pelos seus porta-vozes, os cientistas.

pois, após terem sido identificados (com base em atividades realizadas pós-errâncias, com o grupo de participantes), foram analisados e classificados quanto ao seu tipo, porte, mobilidade e instalações, além de fazer a relação dos corpos com os equipamentos e de reconhecer elementos urbanos/climáticos que possam modificar ou possibilitar as atividades (como o clima, a estação do ano, calçadas, marquises etc.).

D. ORGANIZAÇÃO DE DADOS REFERENTES ÀS COLETAS DE IMAGENS:

Com a finalidade de organizar todo o material obtido, foi compilado um relatório da pesquisa, no qual, além da discussão a respeito da visão do grupo sobre a “para-formalidade”, reuniu-se as imagens obtidas de todas as cidades latino-americanas levantadas. Para isso, delimitou-se uma sequência de dados referentes de cada cidade, primeiramente falando sobre o traçado urbano da cidade, trajeto de errâncias (figura 4). A seguir foram escolhidas de 10 a 15 cenas “para-formais” destacadas tanto por sua originalidade como por sua repetição.

E. ANÁLISE DO MATERIAL COLETADO:

Foram feitos alguns cruzamentos das informações obtidas a partir das cidades pesquisadas, descobrindo-se os tipos de atividades e equipamentos mais ou menos utilizados nas cidades e relacionando-os ao espaço urbano (figuras 5). Também descobriu-se como são os corpos “para-formais”, compreendendo quais as diferenças de um lugar para outro. Mas as principais análises focaram no espaço público onde as atividades “para-formais” encontravam-se, relacionando com a



prática do urbanismo e do planejamento urbano. “Para-formalidades” disputam o espaço com novas construções, as bancas de revistas confundem-se com os vendedores ambulantes, os cartazes anunciando promoções nas lojas e os anúncios das traseiras dos ônibus. Quando muito se vê, pouco se percebe. Em meio a tantas imagens, e seu acúmulo veloz, o homem se espelha e se estranha em seu próprio abandono.

Tudo que é pequeno desaparece. Mas, se perdemos tudo o que é pequeno, perdemos também nossa orientação, nos tornamos vítimas do que é grande, impenetrável, superpotente. Deve-se lutar por tudo o que é pequeno e que ainda existe. Aquilo que é pequeno confere ao que é grande um ponto de vista (WENDERS, 1994, p. 187).

Assim, alguns cruzamentos foram feitos a partir do material coletado, levando-nos na direção de algumas descobertas, destacamos:

IDENTIFICAÇÃO	NOME(S): <u>Cristiane Nunes e Tássia Vasconcelos</u> IDADES(S): 22/24 anos MAIL(S): <u>cristiane_sn@hotmail.com</u>	PROCEDÊNCIA: <input checked="" type="checkbox"/> TURISTA <input type="checkbox"/> NATIVO INSTITUIÇÃO/PROFISSÃO: <u>estudantes de Arquitetura e Urbanismo - UFPEL</u>
	TEMPO/CLIMA: <input checked="" type="checkbox"/> SOL <input type="checkbox"/> CHUVA <input type="checkbox"/> NUBLADO <input type="checkbox"/> VENTO <input type="checkbox"/> QUENTE <input checked="" type="checkbox"/> AMENO <input type="checkbox"/> FRIO	DATA: <u>18/10/12</u> TURNO: <input checked="" type="checkbox"/> MANHÃ <input type="checkbox"/> TARDE <input type="checkbox"/> NOITE
DESCRIÇÃO	ATIVIDADE: <input checked="" type="checkbox"/> COMÉRCIO (venda de roupas) <input type="checkbox"/> CULTURA/ARTE <input type="checkbox"/> MORADIA	QUANTIDADE: <input checked="" type="checkbox"/> ÚNICO <input type="checkbox"/> GRUPO <input type="checkbox"/> _____
	SENTIDOS: <input type="checkbox"/> CHEIRO <input type="checkbox"/> SONS <input type="checkbox"/> TATO <input checked="" type="checkbox"/> COR/TEXTURA <input type="checkbox"/> _____	
OCUPAÇÃO DO ESPAÇO	LOCALIZAÇÃO: <input type="checkbox"/> VAZIO <input type="checkbox"/> ABANDONO <input type="checkbox"/> ESQUINA <input checked="" type="checkbox"/> passeio, em frente à edificação	CONDICIONANTE AMBIENTAL: <input checked="" type="checkbox"/> SOMBRA <input type="checkbox"/> MOVIMENTO <input type="checkbox"/> NATUREZA <input checked="" type="checkbox"/> PISO P/APOIO <input type="checkbox"/> PAREDE P/APOIO <input checked="" type="checkbox"/> sob árvore
CORPO HUMANO	NÚMERO CORPOS: <input checked="" type="checkbox"/> ÚNICO <input type="checkbox"/> GRUPO <input type="checkbox"/> _____	POSIÇÃO DOS CORPOS: <input type="checkbox"/> SENTADO <input checked="" type="checkbox"/> EM PÉ <input type="checkbox"/> _____
EQUIPAMENTO	PORTE: <input checked="" type="checkbox"/> PEQUENO <input type="checkbox"/> MÉDIO <input type="checkbox"/> GRANDE <input type="checkbox"/> _____	INSTALAÇÕES: <input type="checkbox"/> ELÉT. <input type="checkbox"/> HIDRO. <input type="checkbox"/> SANIT. <input type="checkbox"/> TEL. <input type="checkbox"/> TV. <input checked="" type="checkbox"/> NENHUMA <input type="checkbox"/> _____
	MOBILIDADE: <input checked="" type="checkbox"/> MOVEL <input type="checkbox"/> AMBULANTE <input type="checkbox"/> FIXO <input type="checkbox"/> _____	

Fonte: Eduardo Rocha, 2013.

Figura 3: Tabela de análise das cenas “para-formais”.

• **Trailers:** Os trailers são a categoria “para-formal” de “maior evidência” nas cidades de Jaguarão, Bagé, Pelotas, Santo Ângelo e Montevideú (figura 6); são encontrados em locais diversos da cidade, na praça central, em canteiros centrais, ruas de menos trânsito e juntamente com outros aglomerados “para-formais”. Contrariando as leis municipais, esses, que deveriam ser móveis, hoje encontram-se fixos nos locais que escolheram como pontos comerciais, seja porque estão concretados ou fixos no solo seja porque possuem alguma estrutura ao seu redor.

Em sua maioria, esses equipamentos “para-formais” são utilizados para a venda de lanches e alimentos em geral, com algumas exceções são utilizados para a venda de vestuário, brinquedos e diversas

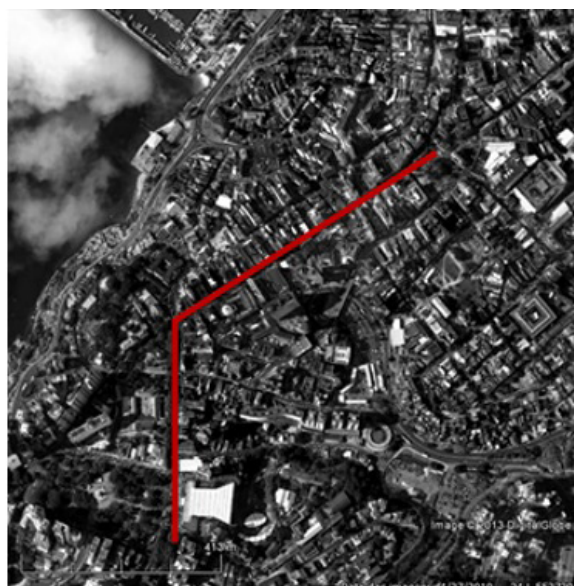
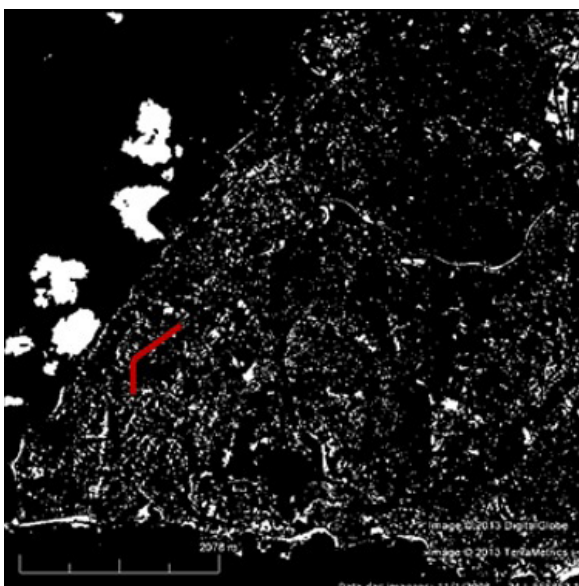
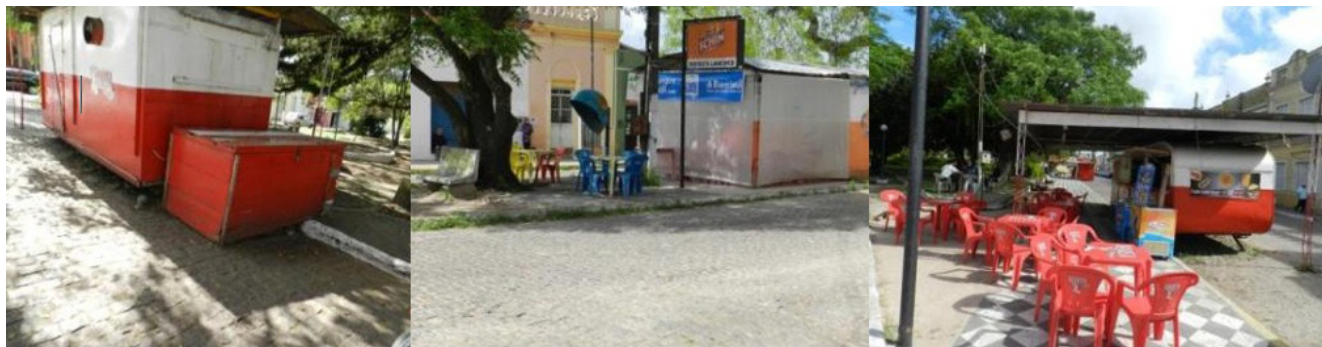


Figura 4: Mapas com a demarcação dos trajetos principais das errâncias na cidade de Salvador.

Fonte: Eduardo Rocha, 2013.



Fonte: Rafaela Pinho, 2013.

Figura 5:
Trailers na cidade
de Jaguarão.

outras mercadorias. Por mais que sejam irregulares, tirem lugar do estacionamento dos carros ou até mesmo prejudiquem o fluxo das pessoas nas calçadas (que na maioria das vezes são ocupadas por mesas e cadeiras); poucos habitantes de Jaguarão, por exemplo, optariam por uma cidade sem trailers.

O resultado da pesquisa apontou positivamente para o uso de trailers no espaço público, mostrando que as pessoas gostam de ter os equipamentos em sua cidade, pelos mais diferentes motivos: é tradicional, gera movimento e maior segurança à noite, gostam da variedade de lanches, atraí pessoas para o local, entre outros. Cabe ressaltar a péssima qualidade estética e sanitária de alguns desses trailers, o que para a imagem da cidade não causa uma boa sensação.

• **Paraciclos inventados:** Os chamados aqui de “paraciclos inventados” são encontrados em grande quantidade nas cidades de Jaguarão (figura 7), Pelotas e Santiago. Qualquer coisa: grade, poste etc., pode servir de apoio para guardar a bicicleta do usuário no centro da cidade.

Durante as errâncias pudemos observar uma enorme quantidade desse uso “para-formal” de um elemento do espaço público e também privado indiscriminadamente. Esse fenômeno não é observado exclusivamente nessas cidades, mas em todas as cidades que possibilitam o uso da bicicleta como meio

de transporte e contraditoriamente não é incentivado pelo poder público ou privado das cidades. A cidade está gritando “Eu quero paraciclos para as minhas bicicletas!”

Mas se a cidade não tem espaço para os ciclistas, por que a bicicleta ainda é o meio de locomoção de muitos? Por que ela ainda resiste, re-existe na cidade? Segundo Thaís Portela (2009), as resistências são uma forma de as minorias irem contra os modelos de desenvolvimento ditados pelas maiorias. Um bom exemplo é o uso do automóvel como o principal modal na cidade, ocupando a maior parte do espaço das vias e minimizando os espaços para as pessoas. Ao contrário disso, e entendendo que, se as cidades são para serem usadas, vividas pelas pessoas, a bicicleta pode ser uma maneira interessante de experimentá-la e, ao mesmo tempo, ser um meio de transporte eficiente, que chegue rapidamente em praticamente todos os locais e que contribua para a diminuição do consumo das fontes de energia do planeta.

Destacamos aqui que:

- Pedalar na cidade pode ser uma boa forma de senti-la, descobri-la, observando as brechas, as margens, as atividades que acabam passando despercebidas quando andamos de carro ou ônibus, quando entramos na “cápsula” que nos transporta de um lugar a outro, que

Figura 6:
Trailers na cidade
de Montevideu.



Fonte: Débora Allemmand, 2013.

Fonte: Débora Allemand, 2013.



Figura 7: Paraciclos inventados na cidade de Jaguarão.

não nos permite observar o caminho.

- A bicicleta é um meio de expressão da sociedade e “grita” por espaço e por visibilidade. Nem mais, nem menos que os outros modais, ela deve apenas ser considerada no planejamento da cidade e nos projetos de ampliação ou reorganização viária.

• **“Para-formal” no formal:** Uma categoria muito recorrente nas cidades de Jaguarão, São Paulo (figura 8), Bagé e Santo Ângelo é o que chamamos de “para-formal no formal” trata-se de atividades “para-formais” que ocorrem anexadas às atividades formais (lojas, restaurantes etc.). O formal avança sobre o espaço público indiscriminadamente, acomodando-se nas calçadas, fachadas e até mesmo em vagas de estacionamento e caixas de rolamento. Uma extensão das vitrines. É cultural em algumas cidades que os produtos oferecidos pelos estabelecimentos fiquem à mostra para chamar a atenção do consumidor.

Muitas das edificações comerciais são de interesse histórico e são de tipologia residencial (ecléctico-historicistas), dificultando a existência e abertura de vitrines convencionais, assim, o comerciante opta pela exposição da mercadoria para fora de seu espaço privado, gerando o que chamamos de “para-formal” no formal.

• **Vendedores isolados móveis ou ambulantes:** Ao andar pelas ruas da cidade, uma atividade que chama atenção são os vendedores isolados móveis (figura 9), são aqueles que tentam vender seu produto sem “ponto comercial fixo” – talvez um território fixo –, mas como não tem um local determinado no mapa da cidade, a cada dia ou hora podem se deslocar, seja a procura de sombra ou de possíveis novos clientes. Tudo num movimento nômade.

Também são encontradas diversas formas de “para-formalidades” ambulantes, aquelas que caminham o tempo todo, movimentam-se pela cidade: vendedores de produtos diversos, anunciantes, propagandas sonoras, divulgadores de produtos e estabelecimentos etc.

• **Grandes conjuntos “para-formais”:** Conjunto este normalmente conhecido como “Camelôs” (figura 10). Trata-se de um aglomerado de atividades “para-formais”, formado por bancas que vendem de vestuário a eletrônicos, passando por alimentos e de tudo o que se possa imaginar. É composto por trailers, bancas e alguns vendedores ambulantes. Na sua maioria as atividades ou equipamentos são fixos no espaço público. Sua implantação não segue nenhum padrão ou regularização definida, embora geralmente os espaços sejam definidos e demarcados.

Figura 8: “Para-formal” no formal na cidade de São Paulo.

Fonte: Débora Allemand, 2013.





Figura 9:
Vendedores
isolados móveis
e ambulantes
na cidade de
Salvador.

Fonte: Eduardo Rocha, 2013.

Circular por esses conjuntos é como andar em um labirinto.

- **Moradores de rua:** Cenas encontradas em boa parte das cidades estudadas são os moradores de rua (figura 11); pessoas desfavorecidas que, por falta de opção, moram em calçadas, normalmente em lugares abertos, porém cobertos com marquises. Os moradores de rua por estarem presentes todos os dias nas calçadas acabam por fazer parte do cenário urbano com o qual estamos acostumados a conviver.

Tais moradores na maioria das vezes são pedintes, ou seja, vivem de pedir esmolas nas ruas, coisa que afeta o bem-estar da população que não se sente confortável com esta situação. Infelizmente é realidade em boa parte das cidades da América Latina.

- **Sonoro:** Ao andar pelo centro das cidades há uma categoria que se destaca pelo som, é composta por cantores e compositores, que se dedicam a apresentar suas canções no espaço público (figura 12). Além de “disponibilizar” a sua música, ao vivo ou em gra-

vação, em troca de dinheiro, os músicos também procuram vender seus produtos personalizados, tais como CDs e DVDs.

O som é uma categoria que merece um estudo específico, pode ser harmonioso ou apresentar-se como poluição sonora no espaço da cidade. São compostos por toda a mistura que o espaço público suporta em suas cordas vocais, por isso às vezes desafina.

CARTOGRAFIAS DO “PARA-FORMAL” NAS CIDADES LATINO-AMERICANAS

No decorrer do processo de pesquisa foi necessário um recorte espacial nas cidades escolhendo o centro dessas cidades como alvo do estudo. Centro aqui pensado como o lugar da congregação, complexidade e densidade de cenários “para-formais”, geralmente caracterizados por calçadas, largos e grandes fluxos de pedestres. Esse recorte espacial rebatizou o projeto de: “Para-formal no Centro da Cidade”. As conclusões são tiradas, então, a partir de três frentes, o espa-

Figura 10:
Grande conjunto
“para-formal”
na cidade de
Jaguarão.



Fonte: Eduardo Rocha, 2013.

ço público, o equipamento e o corpo:

- **Espaço público “para-formal”:** Encontramos para-formalidades nos seguintes espaços: calçadas, marquises, esquinas, abandonos, vazios, entre outros. Acoplamentos aos equipamentos urbanos (banco, poste, lixeiras etc.) que podem ser referência para os lugares das “para-formalidades”.

Muitos buscam a sombra em lugares onde o clima é quente ou o sol para esquentar nos locais frios. O movimento do sol e das sombras delimita certo lugar utilizável pelos “para-formais” no espaço público. Encontramos muitos trailers (equipamentos grandes e fixos) desde a praça até canteiros centrais de avenidas, ruas de menos trânsito e juntamente com outros aglomerados “para-formais”.

Coexistem na categoria “para-formal no formal”, onde as atividades “para-formais” ocorrem anexas às atividades formais (lojas, restaurantes, ferragens etc.). O formal avança sobre o espaço público indiscriminadamente, acomodando-se nas calçadas, fachadas e até mesmo em vagas de estacionamento e caixas de rolamento. Uma espécie de extensão das vitrines.

Concluiu-se, então, que o uso das calçadas pode “poluir a visual” das ruas, porém, em muitas das cidades, este hábito é aceito pela população que inclusive “interage” com os produtos, podendo ver e tocar na mercadoria sem precisar entrar no estabelecimento. Outro destaque é que alguns desses estabelecimentos, em frente às suas instalações, oferecem serviços e equipamentos públicos aos moradores da cidade, como: bancos para descansar, lixeiras, paraciclos, sombra etc. Observa-se que essa invasão do espaço público quando indiscriminada nos passeios públicos pode obstruí-los e torná-los obstáculos para os pedestres. Nota-se também, sobre os espaços ocupados pelos equipamentos grandes, como os trailers, que esses necessitam de estudos a respeito de onde se-



Fonte: Eduardo Rocha, 2013.

Figura 11: Morador de rua na cidade de Montevideu.

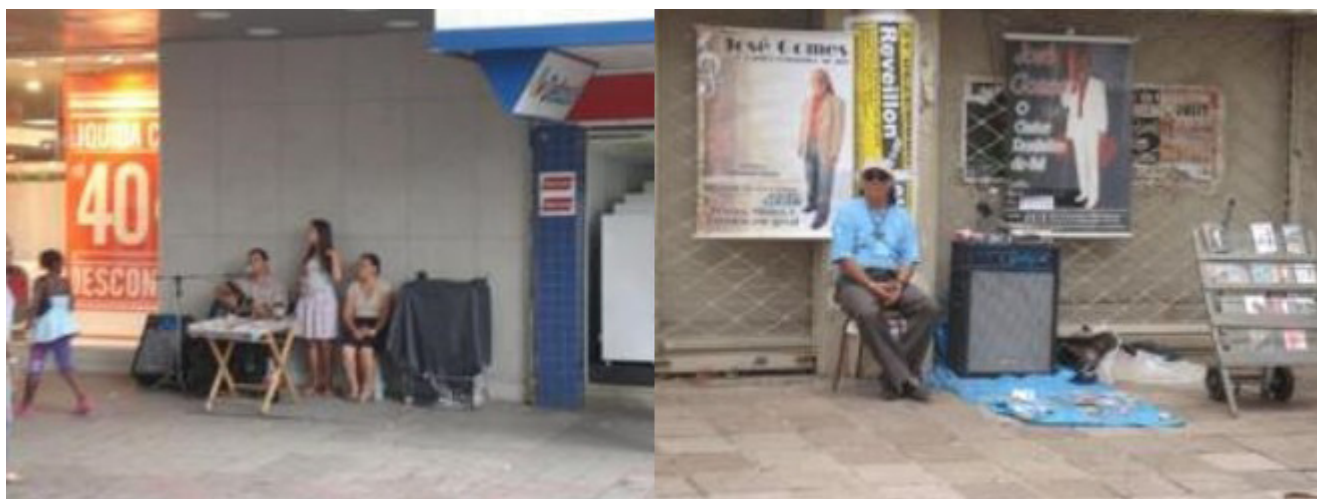
rão alocados no espaço público: é papel do arquiteto e urbanista planejar os espaços “para-formais”.

Outro tipo de “para-formalidade” que necessita de estudo e planejamento são os grandes conjuntos “para-formais”, que determinam e afetam, às vezes, grandes zonas da cidade, um território maior que o ocupado fisicamente pelo mesmo. Essas zonas devem ser alvo de estudos pormenorizados, porque tais zonas/territórios podem acabar tomando uma proporção de abrangência e desregularização indesejada para um bom funcionamento da cidade (existem casos em que essa desregulação acaba tomando conta de todo um bairro ou até mesmo de toda uma cidade).

- **Equipamento “para-formal”:** Os equipamentos foram divididos em três categorias: tamanho, mobilidade e instalações. Encontraram-se muitas “para-formalidades” pequenas e móveis e outras muitas grandes e fixas (como os trailers, que possuem, em sua maioria, instalações hidráulicas e elétricas).

A cidade de Salvador, por exemplo, possuía muitos equipamentos pequenos móveis, como carrinhos de venda de sucos. Já em Bagé e Jaguarão, observou-se uma grande quantidade de trailers, que deveriam ser móveis mas hoje, na maioria das vezes, encontram-se fixos nos locais que escolheram para permanecer, seja

Figura 11: Músicos urbanos na cidade de Pelotas.



Fonte: Rafaela Pinho, 2013.

porque estão concretados ou fixos no solo ou porque podem, até mesmo, possuir alguma estrutura ao seu redor. A maioria dos moradores de Bagé e Jaguarão concluiu que gosta dos trailers, porque eles trazem segurança à noite e são uma opção de alimentação barata, fazendo parte do cotidiano dos lugares. Já os usuários contrários aos trailers alegam que eles atrapalham o visual da arquitetura do local – “são feios”.

Concluiu-se que os equipamentos grandes e fixos “arquiteticamente” não apresentam boas soluções, são na sua maioria adaptados e localizados em pontos muitas vezes estratégicos para a percepção da imagem da cidade, muitos deles ocupando “grandes” áreas públicas. Além disso, muitos dos trailers capturados nas errâncias estavam em situação precária de conservação e higiene.

Já as cenas/atividades ambulantes e móveis, animam o espaço público da cidade, fazendo com que a cada momento nos deparemos com novidades, sensações, sons e paisagens diferentes. Os ambulantes e móveis trazem soluções criativas para o centro da cidade, inventam novos usos e para isso não poupam estratégias de sobrevivência e vivência. Conseguem criar uma rede de dependência para seus usos e atividades – “é impossível viver sem eles”.

• **Corpo “para-formal”:** O corpo “para-formal” geralmente está presente nas atividades que observamos e muitas vezes ele é a própria “para-formalidade”, é o protagonista. Podem estar sentados, em pé ou caminhando. Em grupos ou solitários.

O “corpo para-formal” é aquele que tenta vender seu produto sem “ponto comercial fixo”, sem um local determinado no mapa da cidade, a cada dia ou hora podem se deslocar, seja a procura de sombra ou de possíveis novos clientes, mas estão sempre por perto de aparatos, sejam públicos ou que eles próprios carregam.

Observou-se também que os corpos que acompanhavam os equipamentos médios e móveis geralmente se encontravam sentados ou em pé, ao lado do equipamento. Já nos trailers, por exemplo, os corpos estavam dentro do próprio equipamento, podendo movimentar-se com certa facilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notou-se, também, que as cenas “para-formais” não chegam a ser obstáculos, mas, ao contrário, pontos de referência – coisas interessantes (GHEL, 2013) – e que chegam a servir como parada e descanso ao pedestre (apoio corporal).

A partir das análises e cruzamentos de mapas, foi possível chegar a alguns resultados, como:

1. O “para-formal” é carregado de costumes e identidade/diferença cultural local;
2. O “para-formal” nos ensina novas soluções para a cidade na contemporaneidade, assim como anima, ensina, vive e experimenta a cidade;
3. O desenho urbano existente (legal) acomoda-se às cenas “para-formais” e vice-versa;
4. Ao mesmo tempo, o “para-formal” em várias cenas também polui, atrapalha e violenta a cidade e o cidadão;
5. O “para-formal” denuncia a ausência de equipamentos urbanos.

Com base nos estudos, análises, oficinas e intervenções pode-se afirmar, ao final da pesquisa, que coexiste uma cidade “para-formal”, uma cidade paralela à cidade formal. Encontrou-se um espaço de indiscernibilidade, uma zona esfumada, onde podemos abandonar ou encontrar tudo aquilo que ali mesmo havíamos perdido. A cidade ora limita, ora liberta os corpos e as ideias, o tipo de movimentação experimentada no corpo dos usuários é modificado conforme a cidade modifica-se.

Caminhando nas brechas, margens e desvios do espetáculo urbano que surge outra cidade, intensa, viva. O “outro urbano” é aquele que escapa, resiste, vive e sobrevive no cotidiano dessa outra urbanidade, através de táticas de resistência e apropriação do espaço urbano, de forma anônima (ou não) e dissensual, radical. Esse “putro urbano” explicita-se através da figura do morador de rua, ambulante, camelô, catador, prostituta, artistas, entre outros. São esses que a maioria aponta por manter na invisibilidade, opacidade, sendo “alvos” da regulação, ou, nas palavras de Paola Jacques (2012), “asepsia” dos projetos e intervenções urbanos. Portanto, compreende-se a importância das errâncias urbanas como forma de construção da cidade, abrindo espaço para discussões e pensamentos a respeito do lugar do ser humano.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- GHEL, Jan. Cidades para as pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013. GHEL, Jan; SVARRE, Birgitte. How to study public space. Londres: Island Press, 2013.
- GRIS PUBLICO AMERICANO. Para-formal: ecologias urbanas. Buenos Aires: Bismar Ediciones / CCEBA Apuntes, 2010.

- JACQUES, Paola Bereinstein. Elogio aos errantes. Salvador: EDUFBA, 2012.
- LATOUR, Bruno. Políticas da natureza. Bauru: UDUSC, 2004.
- PORTELA, Thaís. A escuta às resistências. In: XIII Encontro da Associação Nacional De Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Florianópolis, 2009. Anais. Encontros Nacionais da ANPUR, v. 13, Florianópolis: 2009.
- ROCHA, Eduardo. Cartografias Urbanas. In: Revista Projectare. n. 2. p.162-172. Pelotas: UFPel, 2008.
- WENDERS, Wim. A paisagem urbana. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 23, 1994. ■

DIREITOS 1 MANOS

 Realização:

 RAÍZES em
MOVIMENTO

Alan Brum

Complexo em movimento

Nesta entrevista Alan Brum Pinheiro traça um panorama das lutas políticas e dos desafios, de ontem e hoje, das favelas cariocas, a partir de sua atuação como pesquisador e secretário executivo do Instituto Raízes em Movimento, sediado no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro.

Thiago Matioli - Alan, você, como secretário executivo do Raízes em Movimento, poderia contar um pouco da trajetória do instituto?

Alan Brum - Bom, o Raízes em Movimento é uma Instituição que surgiu a partir de um grupo de jovens, alguns universitários, que participavam de um projeto de educação voltado para pessoas que tinham abandonado mais cedo os estudos, lá no Complexo do Alemão. Esses jovens se organizaram em torno de um movimento de pré-vestibular comunitário, em torno dos anos de 1999 e 2000. Nesse grupo, havia alguns que estavam voltando a estudar e outros que estavam tentando acessar a universidade, mas em conjunto começaram também a discutir e pensar possibilidades de atuação no Complexo do Alemão. A partir disso, surge o Raízes em Movimento. Como

Entrevista realizada por

**Thiago Oliveira
Lima Matioli**

Cientista Social pelo IFCS/ UFRJ, especialista em Política e Planejamento Urbano e Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/ UFRJ, e doutorando em sociologia pela USP. Atualmente, também faz parte do Instituto Raízes em Movimento.

matiollithi@hotmail.com

o próprio nome sugere, as raízes seriam as pessoas. Pessoas da própria localidade, que nasceram ali, que vivem ali, e que estavam com a perspectiva de quebrar muros, quebrar obstáculos e construir possibilidades na cidade. O Raízes em Movimento surge daí. Mas, a partir desse trabalho também fomos criando e reconstruindo nossa própria identidade, já que eram várias as pessoas envolvidas. A gente desenvolveu muitos trabalhos na área de arte e cultura para a juventude, tivemos três anos de pré-vestibular e fizemos atividades esportivas, como aulas de capoeira. Hoje, efetivamente, estamos voltados muito mais para um trabalho focado na área de direitos humanos e desenvolvimento local, tendo como prioridade atuar com a juventude.

TM - Você e outras lideranças do Complexo do Alemão participaram do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal como gestores ou interlocutores com a população durante a realização das obras. E, mais recentemente, você participou de uma pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz sobre os impactos das intervenções do PAC nas favelas do Alemão, Rocinha e Manguinhos. A partir de sua atuação, seja como militante, gestor e/ou pesquisador, como você avalia as intervenções do PAC em, ao menos, duas dimensões: urbanização e participação popular?

AB - Uma questão fundamental a ser colocada é o processo de participação junto às políticas públicas. A palavra chega a estar desgastada, porque “participação” virou sinônimo de uma consulta, resumiu-se a “encontrar com”, mas não faz com que a população seja envolvida nas políticas de urbanização. Isso é um problema crônico na Gestão Pública. Há a falta de porosidade suficiente para que haja um processo de participação efetiva na construção de uma proposta de intervenção. Então, o projeto de urbanismo, de urbanização, traduz-se, efetivamente, no jogo dos interesses do processo da “Cidade Espetáculo” que está em construção. No Complexo do Alemão, isso se deu muito mais pelos interesses das empreiteiras e de quem estava executando as obras. Muito mais do que um processo ou um projeto de política pública que tenha sido discutido, debatido e construído com a comunidade para que possa efetivamente mudar a vida das pessoas. Quando a gente está falando de urbanização, isso pressupõe a perspectiva de construção de uma lógica voltada para a melhoria da quali-

dade de vida para a população que vive nos lugares que recebem essas intervenções. Entendo que para que isso possa ocorrer tem que haver um processo de reconstrução histórica, que remete ao processo de autourbanização. No Complexo do Alemão, especificamente, havia um histórico muito rico de urbanização que precisava ser respeitado. E não foi. Em relação à participação no processo, ela se deu muitas vezes, no que eu vejo, sistematicamente como o “duplo monólogo”, em que os encontros são realizados, as listas de presença são preenchidas, as fotos são tiradas, os lanches são ofertados. Mas pouco das ideias debatidas e das sugestões colocadas são assimiladas nos planos urbanísticos. Então há um problema crônico que a gente precisa avançar em diversas esferas para que a Gestão Pública possa ter abertura para, efetivamente, conseguir construir algo. Em relação à questão do projeto urbanístico, as principais tendências de urbanização mundiais deixam muito claro que não faz sentido algum que ele seja elaborado pela própria empreiteira que vai executar o projeto. De modo que, hoje, a gente tem um projeto básico que pode ser desconfigurado com toda liberdade jurídica e legal segundo determinados interesses. As empreiteiras simplesmente o realizam, a seu bel-prazer, e se deslocam dentro desse emaranhado do projeto básico para executar o que elas quiserem. Isso é eticamente equivocado: o plano urbanístico, a relação do Poder Público, o projeto urbanístico e a execução das obras.

TM - Ainda falando do PAC: as obras do PAC no Complexo do Alemão ficaram conhecidas dentro de um pacote chamado “PAC Favelas”. Frente a isso, eu te pergunto: o que é o Complexo do Alemão? Uma favela? Uma comunidade? Um conjunto de favelas...

AB - O Complexo do Alemão talvez seja o único que é chamado de “complexo” e que, internamente, isso é assimilado e aceito. Colocado como orgulho, num processo de autodenominação. O Complexo do Alemão tem um processo histórico e simbólico muito forte que vem constituindo-se através do tempo. Em um primeiro momento, todo um simbolismo do polonês que era confundido com alemão. Depois há outra questão histórica, o morro do Alemão traz uma simbologia muito forte que envolve a discussão se teria havido um processo de ocupação contínua de uma favela (que iria se expandido) ou se outras favelas foram se agregando num emaranhado único que faz parte das montanhas da Serra da Misericórdia. Isso foi apropriado pelo termo de Complexo que, salvo engano, quem pautou inicialmente a ideia foi

a própria política pública em algum momento desse caminhar. Oficialmente, hoje, o Complexo do Alemão é um bairro a partir de um decreto de 1993. Juntamente com a Rocinha e com Favela da Maré. São três bairros que surgem...

TM - Tem a Favela do Jacarezinho também...

AB – O Jacarezinho também. São os quatro bairros que surgem a partir daí. Eu acho que a gente precisa trabalhar, internamente e externamente, a aceitação enquanto uma unidade administrativa do Município do Rio de Janeiro, porque isso faz com que a gente combata os preconceitos sobre o território. Preconceito social que existe sobre o território das favelas como no caso do Complexo do Alemão.

TM - Bom que você tocou nesse aspecto do preconceito. Como que você define essa relação entre favela e cidade?

AB - Desculpe admitir, mas é algo que continua muito partido. Mas eu acho que essa relação é partida em determinadas dimensões e não em outras. Acho que ela é partida no sentido dos direitos, dos acessos aos direitos à saúde, à educação, ao saneamento, ao lazer, aos Direitos Humanos ligado a diversas questões... E também sobre a questão da Segurança Pública. Todos esses direitos são negados e nos territórios das favelas do Rio de Janeiro, em um patamar infinitamente maior ao restante da cidade. Agora, se pensar em uma dimensão de participação na construção da cidade, de quem constrói essa cidade, quem participa desse processo, a favela tem participação. Inclusive, eu acho que a solução de boa parte dos problemas da cidade está nas favelas, pelo próprio processo de rede social que construiu caminhos a partir das faltas. A partir das próprias faltas de direitos foram se construindo possibilidades, superação, obstáculos foram sendo quebrados. E isso pode servir muito enquanto um capital para a construção da própria cidade. As relações humanas na favela também formam outro capital que pode ser muito utilizado para melhorar as relações humanas na própria cidade, tornando-a mais urbanizada. Então, a favela é desintegrada a partir de direitos, mas ela é integrada no sentido de participar do processo da construção da cidade e da inserção da favela na cidade, muito a partir do trabalho e das construções simbólicas de suas dificuldades.

TM - Tendo em vista isso que você falou, seria válido então pensar

políticas específicas pra favelas? Como, por exemplo, o PAC em Manguinhos, Rocinha e Alemão virou o “PAC Favelas”. Ultimamente, a Prefeitura lançou editais de fomento cultural específico pra favelas ou comunidades carentes... Enfim. Pensar políticas específicas para as favelas não reproduzem essa divisão e essa falta de integração que elas buscam superar?

AB - Entendo que as favelas têm características, têm particularidades, que precisam ser respeitadas quando se vai pensar em qualquer processo de desenvolvimento de políticas públicas nessas localidades. Mas isso tem que ser feito como é feito em qualquer lugar na cidade. Se você vai pensar uma intervenção em Copacabana, você tem que pensar nas particularidades, nas características de Copacabana. Não pode é ser feito, como é, atualmente, no sentido do próprio Poder Público reafirmar uma “guetização” das políticas públicas. Aquelas voltadas para a favela que, muitas vezes, ao invés de integrá-la à cidade, reafirmam o gueto, reafirmam o Apartheid social. É importante pensar as particularidades, as características, o que pode ser agregado a partir do histórico de ocupação, do histórico de vida, do histórico das relações, da sociabilidade nas favelas... Mas dentro de um processo de integração. O que hoje ocorre é que as favelas são entendidas como um local sempre à parte, no sentido mais pejorativo. É uma forma de manter o domínio desses territórios sob uma forma política. Então, se eu tenho um determinado contexto político social dentro das favelas em que existem pseudolideranças – que são sempre os mesmos interlocutores com o poder público - isso cria uma forma de poder político na qual não interessa fazer um processo de integração em que se insira a favela na cidade como um todo. Interessa muito mais manter o formato em que ela se encontra. Isso faz com que a Gestão Pública, o Poder Público externo, tenha o controle sobre o Poder Público interno das favelas.

TM - Tendo em vista, novamente, essas ações, por exemplo, esses editais, a gente pode dizer que a cultura existe nas favelas? Tem uma cultura da favela diferente da cultura da cidade? Como é que a gente pensa a produção cultural nesses espaços?

AB -Eu acho que existe sim a produção cultural. A cidade do Rio de Janeiro tem uma produção cultural diversa. E essa produção cultural diversa, que interage e que dialoga em muitos espaços geralmente cons-

truídos com nenhum incentivo do Poder Público, é rica em todas as suas vertentes. E na favela tem as suas vertentes. Eu não sei se existe, especificamente, uma cultura da favela, mas ela tem um determinado tipo de produção cultural, como eu tinha colocado antes, com as próprias particularidades, características e forma de viver. A sociabilidade da favela também constrói formas de expressão cultural que dialogam com essas características, com essas especificidades. Mas entendo que a gente tem uma cidade que tem uma diversidade de expressões culturais e que os espaços de favela contribuem para essa diversidade, mas não no sentido exclusivo das favelas, mas no sentido de trazer elementos que compõem esse mosaico cultural.

TM - Agora vamos falar um pouco das lutas, pensando em termos das lutas faveladas, que tomaram diversas formas ao longo do último século, respondendo a diversos contextos políticos diferentes. Como você a partir da sua atuação no Alemão, mas também em outras esferas (por exemplo, você também é conselheiro do Ibase), desenhará a cartografia política dessas lutas faveladas hoje?

AB -Eu acho que a cartografia política ainda respeita uma lógica política partidária perversa na favela. Ainda que não seja um problema exclusivo desses territórios, eu acho que ele tem seu auge lá na favela, seguindo uma lógica política eleitoral que está estabelecida no país. A gente precisa urgentemente de uma reforma política que possa começar a mexer nesse cenário. As lutas das favelas sempre existiram. Elas têm um acúmulo, mas, ao mesmo tempo, tiveram muitas rupturas também. Acho que houve muitos momentos históricos em que as mobilizações das representações na favela tiveram um papel político consistente na cidade. Aí eu estou colocando o movimento dos comunistas nas favelas nas décadas de 1940 e 1950, ou os movimentos das Associações de Moradores que, nas décadas de 1970 e 1980, foram extremamente consistentes e conscientes. Foram desenvolvidos processos de tomada de decisões através de assembleias e efetivamente construiu-se uma representação dos seus moradores, e isso incidia junto às reivindicações, mesmo com a negação desses territórios como espaço da cidade. Hoje, oficialmente, tem-se uma conquista maior nesse sentido de entender que a favela faz parte da cidade. As políticas estão voltadas mais para urbanização do que para remoção. Agora, o quadro político ainda depen-

de de uma questão muito mais macro, que entendo ser a questão de haver uma grande reforma política na qual a gente saia das garras do poder econômico. Em que a gente consiga avançar em um processo de participação, não só das eleições na hora de votar, mas no processo democrático, participativo, efetivo e permanente. Que a gente possa definir os rumos das nossas vidas nas diversas esferas das principais políticas públicas: de segurança, educação, saúde, saneamento básico... Esses processos só irão ocorrer se a gente tiver uma reforma política consciente que atenda a essas perspectivas, que a gente consiga sair do âmbito da dependência do poder econômico.

Mas a favela hoje luta e continua resistindo como sempre resistiu, reinventando formas de participação, de luta e de resistência. Atualmente, talvez por uma questão de mudança tecnológica, mudança de canais, de arranjos e de redes sendo reconstituídas, acho que estamos vivendo em um momento no qual novos instrumentos estão sendo apropriados para uma nova conjuntura de lutas pelos temas relevantes para a favela. Então, a gente está em processo de construção. Suponho que daqui a um tempo a gente tenha mais clareza sobre esses novos instrumentos pelas redes sociais. Mas não só as redes sociais (na internet) que se colocam como instrumentos. Novas redes (alianças, articulações e diálogos) vão surgindo e buscam desconstruir as lideranças que hoje se dizem lideranças, mas que já estão caducas por causa do tempo político. O cenário hoje tem a favela se articulando não só pela favela, mas a partir dela com outros atores da cidade e da sociedade como um todo. Apenas quando essas articulações atravessarem as diversas dimensões territoriais da favela, da cidade, do estado, do país e do mundo, é que a gente vai conseguir criar alguma plataforma de superação da situação atual.

TM - Você estava falando de uma dimensão temporal e geográfica. As questões da favela, por um lado, perpassam o município, o estado e o país. Por outro, suas lutas são históricas e se abrem para o futuro. Nesse sentido, de novos atores políticos e tempos históricos, qual o papel da Associação dos Moradores, hoje, no quadro que você acabou de desenhar?

AB -Hoje, no quadro político atual, salvo as exceções, ela não tem mais base de representação. Hoje as associações de Moradores se tornaram instrumentos do Estado dentro da favela. Se inverteu o papel das Associações de Moradores. O Estado em sua

última instância administrativa dentro das favelas é a Associação de Moradores. A gente precisa resgatar os papéis distintos para termos uma democracia saudável. Os papéis não podem se confundir nem podem se inverter. Hoje a Associação de Moradores precisa ser totalmente repensada e eu acho que outras formas de atuação estão em gestão, para se tornar aquilo que vai, em algum momento, substituir ou reformular o que é hoje uma Associação de Moradores de favela.

TM - Ainda nesse quadro político, como você percebe a influência e os impactos da política recente de “pacificação” na configuração política nas favelas?

AB - A política de segurança tem a característica de se reproduzir como sempre. Ela parte do pressuposto de defender uma parte da sociedade, mas essa parte nunca foi a dos menos privilegiados. Nunca a dos mais necessitados, nunca daqueles que não têm direitos. Ela se dá muito mais em um processo de controle, em uma relação de controle e opressão o tempo todo. Uma política de segurança tal qual a política das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) não tem base mínima que possa pensar em conter a violência que está colocada no contexto atual da cidade do Rio de Janeiro. Ela não se propõe a fazer nenhum grau de mudança significativa, até porque a repressão vem sempre acompanhada de um processo de criminalização da pobreza e criminalização dos territórios de favela. Essa prerrogativa constante faz com que as políticas públicas e, sobretudo, aquelas de segurança pública, estejam fadadas ao acirramento do processo de violência. E não é só na questão do tráfico! É a violência principalmente contra o morador, e que faz com que o próprio morador de alguma maneira também acabe sentindo um reflexo violento dentro desse processo. É fundamental pensarmos em relação à Segurança Pública e à necessidade urgente de termos políticas públicas estruturantes e universais. E eu coloco duas aqui de maneira emergencial para pensar uma mudança efetiva das favelas. A primeira é a universalização da qualidade de vida e de moradia através de políticas públicas estruturantes de Saneamento Básico. Políticas que atendam em sua plenitude ao que entendemos como Saneamento Básico: água potável, água pluvial, lixo, esgoto, esgotamento. Ao se considerar todas essas dimensões, a gente pode conseguir avançar na construção de um projeto que produza as condições para que seja dado um salto na qualidade de vida dos moradores. Com a promoção de saúde, mas também com a utilização do espaço e

o desenvolvimento da sociabilidade.

A outra política está mais ligada à questão da Segurança Pública: uma política pública universal para a juventude. O Estado precisa disputar esses jovens. O Estado precisa trazer para dentro das políticas públicas a totalidade da juventude. Há uma dívida histórica do Estado com ela. Qual é a dificuldade de se universalizar uma política tal qual é o Jovem Aprendiz, na qual ele vai pra uma empresa, com um salário e outros benefícios? Ou o Pró Jovem? Em que a totalidade dos alunos tem bolsa, com critérios bem rígidos para poder se formar, desenvolvendo habilidades, possibilidades. Hoje, a gente tem, na Segurança Pública, um processo de repressão à juventude generalizada e aí você joga o jovem para perto do tráfico. Porque o jovem, na época do tráfico tinha o direito de ir e vir, e de exercer sua circulação dentro da favela. O que hoje com a polícia ele não tem. Em vez de trazer o jovem para um processo de inserção da sociedade, joga-se ele pra margem cada vez mais. Então, a política de segurança deveria partir do pressuposto do atendimento direto daqueles que mais promovem e que mais são vítimas da violência, que é a juventude.

Por um lado um projeto universalizante nessa área de segurança no sentido mais pleno, e por outro a segurança que é trazida pela qualidade de vida, que começa pela Saúde Pública e universalização do Saneamento Básico. Com o enfrentamento, de forma consistente nessas duas frentes, inicialmente pelo menos, a gente teria um grande resultado do processo de Segurança Pública nas favelas e conseqüentemente na cidade do Rio de Janeiro.

TM - Como você vê a atuação e o papel do Raízes em Movimento nesse quadro todo que você pintou até agora?

AB - Bom, eu acho que o Instituto Raízes em Movimento veio se constituindo a partir das reflexões e dos trabalhos sobre a realidade do Complexo do Alemão, mas projetando a cidade. Pensando o Complexo do Alemão nessa inserção da cidade o tempo todo. E, nesse sentido, hoje, a gente tem focos muito claros e apostas em alguns instrumentos muito estratégicos para que a gente possa avançar. Um deles é atuar na área de Direitos Humanos, que foi sempre uma constante para a gente. Sempre foi e sempre vai ser uma perspectiva de Direitos Humanos na ideia da DHESCA - que é Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais, Ambientais. No sentido mais pleno dos Direitos Humanos. Mas claro que a questão da Segurança Pública recai fortemente sobre esse processo. E enquanto a gente vai tentando atuar na questão

da Segurança Pública e na questão dos Direitos Humanos, a gente busca o contraponto dessas atuações nos mais diversos espaços: nos debates, nos espaços internos da favela, espaços externos, nas passeatas, caminhadas... Enfim, em qualquer manifestação que se faça em relação à questão dos Direitos Humanos, há sempre uma reação ou proposta a partir de nossas ações. Ainda que, muitas vezes, a gente também imediatamente reaja a uma ação de opressão que venha a ocorrer no Complexo do Alemão, de maneira um pouco mais pontual.

Poucas vezes, a gente consegue avançar na exigibilidade desses direitos. Então, falar de Direitos Humanos requer também pensar estrategicamente. E aí é fundamental a gente pensar os atores locais. Os atores locais dialogando com os atores estratégicos na cidade e na sociedade como um todo. Então, o Raízes em Movimento hoje, além dos direitos Humanos, vem trabalhando fortemente em um processo de criar espaços ou fomentar possibilidades para o Desenvolvimento Local, e com isso conseguir maior exigibilidade dos Direitos Humanos. Mas para que isso possa ocorrer, é importante a gente conseguir entender melhor os nossos processos internos e os externos. A chave que hoje o Raízes trabalha é a diversidade de conhecimentos existentes, tanto o conhecimento do saber popular (aquele que vem da vivência) quanto todo conhecimento gerado a partir da favela ou sobre a favela por diversos setores: o Poder Público, a Academia... É importante repensar toda essa produção de conhecimento e fazer a interação. Promover a interação desses conhecimentos de alguma forma. Então, realizar promoção dos Direitos Humanos e desenvolvimento local requer pensar a produção de conhecimento, sem a gente entrar na hierarquização desses saberes. Isso é fundamental para que a gente possa conseguir avançar. Mas, além da produção de conhecimento em si, é importante também pensar de que maneira esses saberes são comunicados. De que maneira a gente consegue quebrar resistência do falar para o outro, do falar para o nosso interlocutor, seja um parceiro que está na cidade, que está na sociedade brasileira como um todo, que esteja em qualquer lugar, seja uma tentativa constante do diálogo com o Poder Público. A gente precisa trabalhar formas de comunicação que neutralizem resistências historicamente colocadas. Então, o terceiro ponto que a gente vem trabalhando é pensar a comunicação crítica a partir da favela. Mas não simplesmente na favela. “A partir da favela” significa a partir das suas características, das suas particularidades, mas para dialogar com um processo de inserção na sociedade. Direitos Humanos, desenvolvimento local e comunicação crítica são

pilares fundamentais para poder pensar a melhoria das favelas, das políticas públicas e da qualidade de vida. Para que isso ocorra, a gente, no Raízes em Movimento, vem trabalhando fortemente a questão do conhecimento como um todo, como eu disse anteriormente. E criou-se, desde 2013, o Cepdoca (Centro de Estudo, Pesquisa, Documentação e Memória do Complexo do Alemão). A ideia é que o Cepdoca possa ser um polo irradiador de alguns processos pra esse desenvolvimento das favelas.

TM - Cepdoca tem alguma relação com o CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) da Fundação Getulio Vargas? O que é esse projeto?

AB - Na verdade, o nome partiu de uma brincadeira com o CPDOC da FGV. E tem a ver no sentido de memória, das perspectivas de pesquisas a serem desenvolvidas dentro do Cepdoca, e até na proposta de ser um centro de estudo e de pesquisa de memória. Mas há um foco muito forte no desenvolvimento local do Complexo do Alemão e adjacências. Vamos trabalhar com as particularidades que existem nas diversas favelas da cidade, mas sobretudo trazer esses elementos para construir uma cidade mais inclusiva.

Na proposta do Cepdoca, o Raízes desenvolve hoje alguns trabalhos que buscam a interseção dos saberes populares, saber da favela e das vivências, com o saber acadêmico. Em um primeiro momento, a gente começou a desenvolver um intercâmbio entre pesquisadores que estão produzindo seus trabalhos no território, internos e externos, e ativistas dentro da comunidade que tinham acúmulo sobre determinadas temáticas. Essa ação, a partir de um convênio que temos com a UFRJ, desdobrou-se em um curso de extensão, cujas aulas são dinamizadas por um pesquisador junto com um morador envolvido com a temática escolhida. O curso se chama Vamos Desenrolar. Há também um trabalho de interação entre os pesquisadores que fazem seus trabalhos no/ sobre/a partir do Complexo do Alemão, sob a forma de encontros mensais nos quais há diálogo, um debate, discussão, troca de bibliografias, e construção de uma reflexão conjunta. Isso também é uma forma de qualificar a pesquisa a partir do campo. Encontram-se em gestação algumas publicações dos processos em que a gente está inserido em formato de livros, uma revista, material didático, a memória de algumas dessas ações, além de um trabalho de construção de um acervo sobre o Complexo do Alemão. O Cepdoca, hoje, também vem buscando outras universi-

dades para ampliar a interação com a diversidade de produção de pesquisa no Rio de Janeiro

TM - Para fechar, você falou tanto de conhecimento e uma pauta recente, que atingiu o Complexo do Alemão e o Raízes, na qual está muito envolvido: a implantação do Campus Complexo do Alemão do Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro. Qual a importância de uma universidade pública de qualidade no Complexo do Alemão?

AB -O Complexo do Alemão é um espaço com o qual o poder público tem uma dívida histórica, em que pese as intervenções públicas que recebeu. Políticas públicas de recursos volumosos e soluções tão pífiás. Ainda urge que a gente tenha equipamentos

públicos consistentes, como a vinda de um equipamento público federal na área de educação, cuja importância está além da atividade fim de uma universidade: o ensino superior, a extensão e a pesquisa. Lembrando que o IFRJ não é só uma universidade, tem também o ensino médio técnico e profissionalizante. Enfim, além dessas atividades de ensino, a presença de uma universidade federal no espaço do Complexo do Alemão é uma questão simbólica importantíssima para se repensar a qualidade das políticas públicas ali implementadas, além de possibilitar o fortalecimento da rede daqueles que estão lutando nas resistências locais para que essas políticas públicas sejam executadas de forma mais transparente e com maior eficácia. Então, eu acho que a universidade pública pode contribuir para o fomento de um bom observatório de políticas públicas naquela região e na ressignificação desse espaço. ■

Daniel Ferrentini

Palácio Gustavo Capanema

na empatia da foto

Os arquitetos Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Carlos Azevedo Leão, Jorge Moreira, Affonso Eduardo Reidy, Ernani Vasconcelos no período de 1937 a 1943 realizaram um marco na arquitetura modernista no Brasil e no mundo. O Palácio Gustavo Capanema (Edifício do Ministério da Educação e da Saúde), construído sob consultoria de Le Corbusier, localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro, na Rua da Imprensa, 16, apresenta-se com seus característicos pilotis, suas janelas em fita, seus jardins suspensos projetados por Burle Max, seus painéis e azulejos de Cândido Portinari, suas esculturas de Bruno Giorgi, Celso Antônio e Alfredo Ceschiatti e telas de Guignard e Pancetti.

Centro das atenções em seu entorno, a edificação inspirou a produção do presente trabalho fotográfico. A intensão do recorte apresentado nas fotos é de relacionar a matemática áurea encontrada nas obras modernistas à fotografia de pequeno formato, seja ana-

lógica capitada pelo filme 135 mm ou em sua equivalência no sensor digital Full-frame.

Na verdade, o número áureo é 1,618... e se dividirmos o retângulo fotográfico de pequeno formato (36mm ÷ 24mm) encontraremos o valor de 1,5. Nesse formato fotográfico o valor numérico apresentado no filme ou no sensor digital é um valor aproximado, mas visualmente o retângulo fotográfico pode proporcionar uma sensação semelhante ao conforto visual encontrado no tão estudado retângulo áureo.

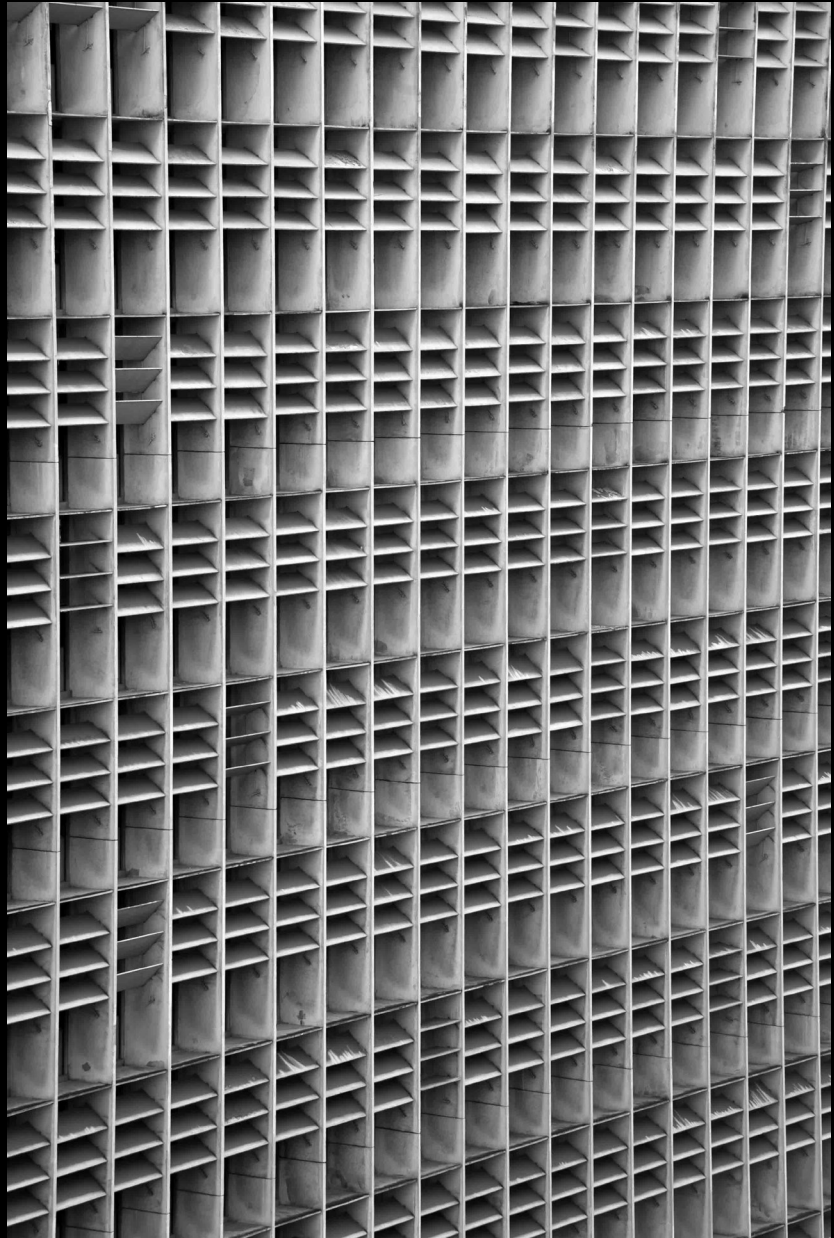
Com isso, o plano de fundo da imagem fotográfica é tanto um elemento arquitetônico quanto um elemento de empatia alinhado no retângulo fotográfico. A linha de empatia à qual me refiro é a construção, com maior clareza, de uma fotografia de maneira tal que a leitura da foto seja sugerida da forma simples de se compreender. Além disso, essa empatia possivelmente proporciona uma porta de entrada a novos elementos que podem ou não ser inseridos na construção da foto. Logo,

podemos fotografar obras de extrema complexidade e captar fotograficamente suas características visando um maior entendimento de todos. O significado da palavra fotografia é Escrita da Luz e o que proponho é escrever de forma clara e coesa mesmo que o objeto fotografado traga elementos complexos. ■

Daniel Ferrentini

é jornalista, especialista em fotografia pela Universidade Candido Mendes e mestrando em arquitetura e urbanismo na Universidade Federal Fluminense. Professor no curso de graduação em comunicação social da Universidade Estácio de Sá e no curso de fotografia no Senac-RJ.

danielferrentini@gmail.com





Aluizio Marino

Coletividade!

O presente texto faz parte do livro “Inter-Exos: territórios e paisagens”, organizada no início de 2015 pelo Coletivo Coletores¹, que descreve o projeto de cultura digital “Ateliê Livre: Media Lab”.

Tive o prazer de participar dessa experiência intensa, que contemplou a realização de reuniões, diálogos, articulações locais, intervenções urbanas e gambiarras... Processo no qual ficou ainda mais clara minha convicção de que em um coletivo o que realmente importa é a COLETIVIDADE. Situação na qual ninguém é chefe de ninguém, mas todo mundo é chefe de todo mundo...

Posso parecer prolixo, mas, para quem está inserido nessa realidade, a reflexão acima é precisa. As noções e relações de trabalho para aqueles que participam de um coletivo cultural são completamente diferentes: a rua subs-

titui o escritório, a busca por um modo de vida “fora da caixinha” substitui a estabilidade, a militância substitui a obrigação, a família substitui a hierarquia. Posso dizer por experiência própria que o coletivo não é um simples conjunto de “eus”, o coletivo “é nós”.

Esse modo de vida, aqui entendido como “coletividade”, é visível nas periferias da cidade de São Paulo desde a metade da década de 1980. Seu surgimento está principalmente ligado à emergência de grupos adeptos ao movimento hip hop (Racionais MC, Back Spin Crew, Consciência Humana, DRR, entre outros...) e aos escritores e saraus da chamada literatura marginal (Ferrez, Sergio Vaz, Sarau da Cooperifa etc...).

Nos dias de hoje, do Capão Redondo a São Mateus, verificamos a efervescência de coletivos culturais ligados às mais diferentes linguagens (do tradicional ao digital). Grupos formados principalmente por jovens que através de suas ações procuram trans-

Aluizio Marino

é mestrando em Planejamento e Gestão do Território pela UFABC, especialista em Gestão de Projetos Culturais pelo CELACC/USP e bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela USP. Membro da rede de coletivos culturais São Mateus em Movimento. Um dos idealizadores da Incubadora de Projetos e Iniciativas Culturais (IPIC), por meio de onde realiza ações de formação e capacitação destinadas aos trabalhadores da cultura.

aluiziomarin@hotmail.com

¹ http://issuu.com/flacama/docs/inter_exos_territ_rios_e_paisagens/1



Na Mira Vídeo-Retratos (Foto: Tomi William)

formar os espaços em que estão inseridos. Podem ser entendidos também pela ótica dos “movimentos sociais urbanos”, analisados inicialmente pelo sociólogo espanhol, Manuel Castells, caracterizados como grupos não institucionalizados cuja prática cotidiana demonstra uma nova forma de pensar e agir politicamente (ação cultural como ação política), onde o espaço urbano, especificamente os territórios periféricos, é o campo de disputa.

Existe nitidamente, nas ações destes coletivos, uma relação muito forte com o território. Particularmente, analiso essa relação a partir de duas perspectivas teóricas: a primeira delas é o conceito de “cidadania insurgente”, evidenciado pelo sociólogo estadunidense James Holston; e a segunda perspectiva é a ideia de “direito a cidade”, termo cunhado originalmente pelo sociólogo francês Henry Lefebvre e trabalhado atualmente pelo geógrafo britânico David Harvey.

A cidadania insurgente é um conceito que traduz um processo intenso de lutas sociais. Presente desde a formação e visível até hoje nas periferias urbanas, sua expressão no mundo real se dá na forma de múltiplas resistências. Tais resistências surgem de pessoas desprivilegiadas, também entendidas como “sujeitos periféricos” (D’ANDREA, 2013), que, através da

força coletiva, buscaram e ainda buscam a ampliação de sua cidadania, ou seja, a real efetivação de seus direitos. O início desse processo acontece na conquista do(a) espaço/morada, graças ao esforço daqueles que autoconstruíram suas residências, passando por mobilizações sociais que exigiram serviços públicos. Hoje atuam principalmente a partir de movimentos sociais urbanos que exigem o direito à cidade.

Como acontece com a maior parte das questões de dominação, a periferia também denota lutas e, para muitos moradores, realizações individuais e coletivas sem precedentes (HOLSTON, 2013: p. 208).

O direito à cidade é entendido, simultaneamente, como uma queixa e uma exigência. A queixa seria com relação às condições desfavoráveis à vida na cidade, visível nas periferias pelas inúmeras situações de vulnerabilidade ali existentes – sejam elas ambientais (áreas de risco) ou sociais (preconceito, falta de acesso a equipamentos públicos, violência policial etc). A exigência é entendida no campo da ação transformadora a partir de novos olhares e práticas urbanas que possibilitam a criação de alternativas para uma vida cotidiana “menos alienada, mais significativa e



divertida” (HARVEY, 2014: p. 11).

As ações do Coletivo Coletores relatadas nesta publicação deixam claras as afirmações empíricas e teóricas acima descritas. Todo o processo foi colaborativo, contou com a participação de outros artistas e coletivos periféricos – tais como o Bboy Jab (Gang’Style Tradicional), os grafiteiros QNH e Bone (Grupo OPNI) –, agentes comunitários e população local.

As intervenções realizadas utilizaram a arquitetura autoconstruída da favela como suporte, mas seu conceito e intenção estão para além do simples (e até mesmo perverso) embelezamento. Trata-se de vídeo-projeções com conteúdo crítico, que buscam estimular o senso estético e evidenciar algumas das situações precárias vivenciadas nas periferias da cidade. Para assim estabelecer, através da arte, uma ponte entre distintos territórios (aqui entendido de maneira ampla, como espaço e identidade), ressignificando assim o olhar sobre a periferia.

Afirmo que os Coletores, bem como a grande maioria dos coletivos culturais atuantes nas periferias de São Paulo, são a continuidade de um processo

de resistência que fundou esses territórios. Os filhos e netos daqueles que, no pouco tempo livre que tinham, ergueram suas próprias casas, hoje “autoconstruem” novas subjetividades coletivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. Paz e terra: São Paulo, 2009.
- D’ANDREA, Tiarajú Pablo. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. Dissertação (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.
- HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. Cia das Letras, São Paulo, 2013.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001. ■

Ricardo Carlos Gaspar

Uma nova e instigante abordagem da urbanização planetária

Em um trabalho de fôlego publicado em 2014, o professor norte-americano de teoria urbana Neil Brenner organizou uma série de contribuições teóricas para estruturar linhas investigativas de um amplo estudo sobre o processo de urbanização planetária. Para Brenner e a equipe de pesquisadores agrupados, sob sua direção, no *Urban Theory Lab*, da *Graduate School of Design, Harvard University*, a cidade não deve ser mais o centro da pesquisa urbana, pois ela vem sendo crescente e definitivamente superada por novas formas socioespaciais, as quais, no limite, abrangem a totalidade do mundo.

Dividido em oito seções principais, que, por sua vez compreendem uma série de artigos, entre excertos clássicos, textos recentes e contribuições originais, o espectro de assuntos abordados parte dos fundamentos da teoria urbana, passando pela abordagem da completa urbanização do planeta, seus aspectos históricos e geográficos, ideológicos,

seu “mapeamento cognitivo” (estudos sobre a cartografia adequada para visualizar os novos fenômenos), até chegar às suas implicações políticas, em termos de estratégias de luta e atores envolvidos. Portanto, esse percurso não apenas busca oferecer subsídios eminentemente teóricos ao estudo da urbanização contemporânea, como também a afirmar a dimensão política desse projeto, na direção de “um novo modelo de urbanização orientado [parafraseando o sociólogo francês Henri Lefebvre (1901-1991)] para uma reapropriação coletiva e democraticamente autogerida do espaço planetário como fruto do trabalho da espécie humana” (p. 28).

Outro *insight* de Lefebvre dá título à obra, e consiste na imagem da “implosão/explosão”, isto é, a cidade se esfacela internamente – perde a sua forma clássica, fragmentando-se em diversos polos com suas configurações de centro-periferia específicas –, e “explode” no espaço circundante, cujo al-

Ricardo Carlos Gaspar

é professor do departamento de Economia da FEA - PUC-SP. Mestre e doutor em ciências sociais pela PUC-SP.

ricgaspar@gmail.com

BRENNER, Neil. *Implosions / Explosions: towards a study of planetary urbanization*. Jovis Books, Berlin, 2014, 276p.

cance abarca vastas porções de seu antigo *hinterland* e diversas escalas geográficas.

O livro reúne aportes de *scholars* que, em conjunto, questionam profundamente as convicções arraigadas na pesquisa e na teoria urbanas. Estas consideram o urbano como uma condição socioespacial delimitada, nodal e relativamente fechada (autocontida). Contudo, o que se pleiteia aqui é uma concepção mais territorialmente diferenciada, morfologicamente variável, multiescalar e processual (dinâmica, em permanente movimento e transformação). Construída sobre diversas linhas teóricas, especialmente a de Lefebvre – cuja hipótese, “a sociedade tem sido completamente urbanizada”, perpassa como um fio condutor as diversas seções e capítulos da obra –, o esforço de reflexão pretende superar a divisão urbano/não urbano que, ao longo do tempo, tem norteado a pesquisa na área e, nessa base, desenvolver uma nova visão totalizante da teoria urbana, “sem um lado de fora” (“*without an outside*”).

O entendimento subjacente é de que a centralidade da aglomeração (a cidade) constitui tão somente uma dimensão e expressão morfológica da forma de urbanização capitalista. Mas não a única. Na atualidade, ou melhor, como resultado de um processo histórico que atravessou todo o século XX e se intensificou numa escala inédita no último quartel do século anterior, a urbanização envolve vastos territórios que se espraiam muito além das concentrações urbanas, seja a cidade tradicional, a metrópole e mesmo as megalópoles ou cidades-regiões.

A extensão desmedida da urbanização aniquila, assim, qualquer clara diferenciação entre cidade e campo, e vincula diretamente economias locais e regionais aos fluxos transnacionais de matérias-primas, commodities, trabalho e capital. Entender essas articulações e contradições torna-se, desse modo, essencial para a correta caracterização do fenômeno urbano na atualidade e suas consequências futuras. No plano espacial, as redes de transportes, os núcleos globalizados de extração mineral, os fluxos de comunicações e os depósitos de lixo tóxico, entre outras manifestações territoriais, são expressões palpáveis do avanço da urbanização. Por outro lado, o impacto desse fenômeno no clima do planeta é significativo, espalhando cargas poluidoras sem precedentes sobre solos, oceanos, rios e a atmosfera.

Tal compreensão relacional, abrangente e dinâmica da urbanização, em oposição a uma entidade relativamente estática como sói ser a “cidade”, é claramente sublinhada por David Harvey, num dos textos que abrem o volume, quando ressalta que a urbanização precisa ser entendida “como a produção de formas espaço-temporais específicas e bastante

heterogêneas inseridas em diferentes tipos de ação social” (62).

No artigo seguinte, Christian Schmid reforça essa visão, ao afirmar que “a cidade não pode mais ser percebida como uma unidade, pois ela agora se constitui de realidades urbanas superpostas com indistintas fronteiras” (68).

Por sua vez, a singularidade do fenômeno atual da urbanização vem das palavras do próprio organizador da edição, em parceria com Nikos Katsikis, quando esclarece que a “urbanização planetária intensifica a interdependência, a diferenciação e a polarização no interior e entre lugares, territórios e escalas, muito mais do que cria um ‘mundo sem fronteiras’, vislumbrado pelos propagandistas da globalização, ou, para o que nos importa de perto, uma globalmente consolidada ‘cidade sem fim’, propugnada por alguns intelectuais urbanos contemporâneos” (433).

Uma crítica contundente às posições das agências da ONU (Habitat, UNFPA), as quais endossam e reproduzem essa visão “cidade-cêntrica” da urbanização contemporânea, é desenvolvida por Brenner no artigo “*Theses on urbanization*” (181-202). Para nosso autor, a visão das Nações Unidas é distorcida, pois enclausurada em fronteiras artificialmente demarcadas e fundamentada em estatísticas imprecisas, incoerentes, entre diversos países e contextos. Além disso, ela se sustenta unicamente em variáveis demográficas, deixando escapar dimensões espaciais intrínsecas à urbanização contemporânea, apontadas anteriormente. Tal deformação leva a diagnósticos e proposições deslocadas do real impacto do fenômeno urbano, além de reforçar tendências centralizadoras de investimentos nas grandes cidades, em prejuízo de estratégias mais abrangentes de ataque às distorções provocadas pela urbanização difusa.¹

Em suma, um livro oportuno e que abre caminhos promissores, não apenas para a pesquisa urbana mas também para o conhecimento do ambiente humano da atualidade, de seus fundamentos econômicos e políticos e dos caminhos possíveis para construir uma realidade mais adequada à vida no planeta. Como John Friedmann afirma no término do artigo que fecha o volume: “como pesquisadores urbanos, nós necessitamos ter um claro entendimento do urbano em

¹ Em um artigo publicado em 2008, desenvolvemos uma crítica de ainda maior alcance às posições das agências da ONU sobre a chamada “era urbana”, sobretudo no tocante às inconsistências das soluções preconizadas para se atingir o *status* de cidades “inclusivas e sustentáveis”. Ver GASPARG, R. C. “Spatial scales, urban regions and the role of the State: challenges to contemporary development strategies”. *Revista Pesquisa & Debate* v. 19, n. 1 (33). Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/issue/view/522>.

seus múltiplos significados, configurações espaciais e formas de governança. *O urbano não é mais simplesmente um lugar específico – embora continue possuindo essa característica –, mas um metaprocesso global de contínuas transformações*” (559 – grifo no original). No compasso da urbanização mundial, cidades vão sendo globalizadas. Não apenas a urbanização está incrementalmente alcançando toda parte, como toda parte está incrementalmente chegando à cidade, contribuindo para uma fundamental reconfiguração das estruturas sociais e espaciais do urbanismo e criando as cidades mais econômica e culturalmente heterogêneas que o mundo jamais conheceu.

Por fim, vale um comentário adicional: não obstante a pertinência do esforço de construção de uma teoria nova sobre a urbanização que supere os impasses das concepções atuais sobre as cidades e a tautologia de suas recomendações de políticas, resta um obstáculo teórico e prático poderoso à sua consecução: a cidade autocontida, com sua fronteira político-administrativa claramente delimitada, continua a ser o padrão mundial de governança urbana. E isso

tanto no plano prático das instituições e desenhos de políticas quanto no imaginário popular. O Brasil é um exemplo cabal desse prejuízo, embora ele se reproduza em toda a parte. A governança metropolitana ainda é um experimento de pífios resultados no mundo. Fortes interesses bloqueiam sua realização. Ao tempo em que as deseconomias da fragmentação municipal são, a cada dia, mais evidentes, o avanço institucional de novos arranjos políticos envolvendo diversas cidades é escasso. Aqui reside, portanto, um forte obstáculo para que entendimentos do processo de urbanização global ajustados à realidade dos fatos contemporâneos encontrem correspondência em formas inovadoras de gerir os espaços coletivos de convivência e conflito. Representa um enorme desafio que, embora bastante complexo, a humanidade precisa enfrentar com urgente atualidade, tanto no plano econômico quanto no político e social. As megarregiões urbanas requerem políticas específicas de desenvolvimento, integradas aos planos setoriais e nacionais. Cabe aos Estados centrais o papel relevante de promotor e articulador desse processo. ■

REALIZAÇÃO



APOIOS

